

FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 06.643.228/0001-21

Demonstrações Financeiras | 2012

Relatório de Administração 2012

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Fibria obteve resultados operacionais notáveis e avanços também importantes na área de sustentabilidade em 2012. Esses resultados mostram a seriedade com que estamos abraçando a promessa de gerar riqueza econômica de forma responsável, compartilhada e inclusiva.

Apesar do cenário macroeconômico global ainda instável e com muitos desafios para a indústria de celulose, os fundamentos de mercado mantiveram-se consistentes no ano, com níveis de estoques equilibrados, retomada da demanda e novas entradas em operação de máquinas de papel sanitário. Esses fatores refletiram no preço da celulose de fibra curta (Índice PIX/FOEXSM BHKP Europa - US\$), que teve um aumento de 19% no ano. A valorização de 17% do dólar médio no ano também contribuiu para elevar o faturamento da Fibria, que possui natureza predominantemente exportadora.

Com a finalidade de adequar nossa estrutura de capital e reduzir a alavancagem, realizamos em abril de 2012 uma oferta pública de distribuição primária de ações que totalizou R\$ 1,4 bilhão. Adicionalmente, vendemos ativos florestais e terras no sul da Bahia e concluímos o acordo de venda da base florestal do projeto Losango, no Rio Grande do Sul, à CIMP Celulose Fibrograndede. A geração de fluxo de caixa livreSM a partir de nossas operações totalizou R\$ 636 milhões em 2012. Desta forma, a Fibria gerou no ano um total de R\$ 2,9 bilhões em vendas de liquidez e geração de caixa, devido à natureza predominantemente exportadora da Fibria.

Os recursos foram utilizados principalmente na redução do endividamento, o que contribuiu para que a alavancagem da Fibria fosse reduzida para 3,4x em 2012 comparado a 4,8x ao final de 2011.

A Fibria produziu 5,3 milhões de toneladas de celulose em 2012, superando em 2% o recorde de produção obtido em 2011. Esse desempenho foi obtido a partir da maior eficiência operacional na maioria das unidades de produção da empresa, fruto da maturidade de ações como as sinergias capturadas com a criação da Fibria e ações para controle e redução de custos. Outro recorde foram as vendas de celulose, que totalizaram 5,4 milhões de toneladas no ano, 4% acima do alcançado em 2011.

Na dimensão socioambiental importantes eventos marcaram o ano de 2012. Em abril definimos seis Metas de Sustentabilidade de Longo Prazo (2025) alinhadas ao nosso propósito de obter lucro admirado. São compromissos públicos com temas fundamentais como a otimização do uso da terra, a proteção da

CONJUNTURA DO MERCADO

O ano de 2012 foi marcado por um notável resultado operacional, destacando-se os volumes recordes de produção de vendas, estabelecido no custo caixa, geração de caixa livre e redução da dívida líquida para o menor patamar desde a criação da Companhia. Os fundamentos de mercado mantiveram-se consistentes, com a maior demanda de celulose dos mercados emergentes sendo o principal vetor de crescimento, principalmente com as novas máquinas de papéis sanitários na China, o que permitiu que o nível de estoque ficasse equilibrado. Esses fatores contribuíram para a recuperação do preço da celulose de fibra curta, que iniciou o ano em US\$ 652/t e encorrou 2012 em US\$ 776/t (Índice PIX/FOEXSM BHKP Europa), representando um aumento de 19%. A valorização do dólar médio em 17% no ano de 2012 também contribuiu para elevar o faturamento da Fibria, devido à natureza predominantemente exportadora da Fibria.

ANÁLISE DO DESEMPENHO

A produção de celulose da Fibria totalizou 5,3 milhões de toneladas. Com relação a 2011, o aumento foi de 2% e deveu-se a um melhor índice de eficiência operacional assim como a maturidade de diversas ações, incluindo as sinergias capturadas com a criação da Fibria em 2009. Essa eficiência permitiu atingirmos recorde de produção anual nas unidades de operação da Fibria.

O volume de vendas de celulose no ano de 2012 atingiu 5,4 milhões de toneladas, 4% superior ao volume comercializado no ano anterior, superando inclusive o patamar de produção no período. A distribuição de vendas da Fibria por uso final e região refletiu a estratégia comercial da Companhia, que é a de focar nas empresas líderes que vão sustentar e aumentar suas participações no mercado. A venda para o segmento de Papéis Sanitários representou 54% do total das vendas em 2012, seguido por 29% para Imprimir e Escrever e 17% para Papéis Especiais. A Europa permaneceu como principal destino das vendas representando 41%, seguido da América do Norte com 25%, Ásia com 24% e 10% para o Brasil/Outros.

A receita operacional líquida da Fibria totalizou R\$ 6,2 bilhões em 2012, 5% superior à registrada em 2011. Este aumento é explicado pelo maior volume de celulose vendido (4%) e pelo maior preço líquido de celulose em reais (7%), por sua vez decorrente da valorização do dólar de 17% no período. Estes efeitos compensaram a menor receita do negócio de celulose de fibra curta (Índice PIX/FOEXSM BHKP Europa) em setembro de 2011 que totalizou R\$ 324 milhões em 2011. Excluindo este efeito, a receita líquida total em 2012 teria sido 12% superior a 2011.

O custo do produto vendido (CPV) totalizou R\$ 5,2 bilhões, um aumento de R\$ 113 milhões ou 2% em relação a 2011. Contribuíram para este resultado: (i) o maior volume de celulose vendido (4%) e (ii) a valorização do dólar frente ao real (17%). Estes efeitos foram parcialmente compensados pela ausência do CPV relacionado ao negócio de celulose de fibra curta (Índice PIX/FOEXSM BHKP Europa) em setembro de 2011.

As despesas administrativas somaram R\$ 286 milhões, redução de 8% em relação a 2011. Este resultado é decorrente das despesas com indenizações e encargos ocorridas ao longo de 2011, como parte do processo de reestruturação organizacional além das reduções com serviços de terceiros e viagens realizadas em 2012. Já as despesas com vendas totalizaram R\$ 298 milhões, relativamente estáveis (+1%) em comparação com o realizado em 2011 (R\$ 295 milhões). Esta estabilidade é explicada majoritariamente pela constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 15 milhões ocorrida em 2011. Este efeito reduziu o impacto da receita do negócio de celulose de fibra curta (Índice PIX/FOEXSM BHKP Europa) em setembro de 2011, a valorização do dólar médio de 17%, na parcela da despesa com exposição à moeda norte-americana.

O ano de 2012, o EBITDA ajustado da Fibria foi de R\$ 2,3 bilhões com margem de 36%, um aumento de 15% e 2 p.p. respectivamente na comparação com o ano anterior. Este resultado se deveu ao aumento no volume de vendas (4%) e ao maior preço da celulose em reais (7%), efeitos estes parcialmente compensados pelo aumento do CPV base caixa (2%).

O resultado líquido disponível antes da despesa de R\$ 1,7 bilhão, comparado à despesa de R\$ 1,9 bilhão em 2011. Esta diferença deveu-se ao efeito da variação cambial fruto da valorização de fechamento de 9% em 2012, menor que a valorização de 13% em 2011, sobre o total do endividamento atrelado ao dólar da Companhia, que por sua natureza exportadora mantém grande parte de sua dívida denominada na moeda norte-americana.

No ano de 2012, a Fibria registrou prejuízo de R\$ 698 milhões, explicado majoritariamente pelo resultado financeiro, que foi negativo em R\$ 1,7 bilhão. Entretanto na comparação com 2011, o prejuízo registrado foi menor em 10% em relação ao menor resultado operacional (maior volume de vendas e maior preço de celulose) e da redução do prejuízo financeiro em 2012.

ESTRATÉGIA

Em 2012, com o estabelecimento de aliança estratégica com a Ensyn Corporation (Ensyn), a Fibria avançou na missão de avançar sua expertise florestal para desenvolver alternativas de alto valor agregado que possam complementar sua liderança global e excelência em produção de celulose. A Ensyn é uma empresa americana, detentora de tecnologia usada para a produção de combustível líquido renovável. A atuação em biotecnologia é uma atividade complementar à produção de celulose, e faz parte da estratégia da Fibria de aproveitar ao máximo o conhecimento e experiência em desenvolver, implantar e gerir florestas de alto custo. Em sua principal atividade, a Fibria está preparada para, no momento oportuno, expandir sua capacidade de produção com o projeto de ampliação de unidade produtiva localizada em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Também neste período, a Fibria concluiu a venda de áreas florestais no sul da Bahia e no Rio Grande do Sul (Projeto Losango), consolidando um ciclo de desinvestimentos que contribuiu para o aprimoramento de sua estrutura de capital.

INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2012, os investimentos de capital da Fibria totalizaram R\$ 1,1 bilhão. Para 2013, a Administração da Companhia planeja investir R\$ 1,2 bilhão. O aumento de 15% na comparação entre 2013 e 2012 se deve ao impacto da inflação, câmbio e ao efeito não recorrente de maior renovação florestal na Unidade Aracruz.

GESTÃO DO ENDIVIDAMENTO

A gestão do endividamento e a busca da otimização da estrutura de capital continuam sendo prioridades da Fibria e visam a retomada do grau de investimento pelas agências de rating. Desta forma, em abril de 2012 a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição primária de ações que totalizou R\$ 1,4 bilhão. A Fibria utilizou os recursos da emissão de ações para a liquidação antecipada de parte dos títulos da dívida com vencimento em 2020 no total de R\$ 1 bilhão. Essa operação proporcionará à Companhia uma economia anual de aproximadamente US\$ 40 milhões em pagamentos de despesas financeiras.

A Companhia também concluiu a venda de ativos florestais e terras no sul da Bahia e no Rio Grande do Sul (Projeto Losango). A Fibria renegociou cláusulas contratuais (covenants) incidentes em parte de sua dívida junto às Instituições financeiras credoras, de modo não só a elevar os limites máximos de avançamento, mas também alterar o método de cálculo do indicador "dívida líquida/EBITDA". Este passo a considerar o total do endividamento, caixa e EBITDA em dólares americanos e não mais em reais e teve seu limite elevado para 4,5x. Ao final de 2012 o indicador em dólar foi de 3,3x. Desta forma, a Companhia buscou minimizar a volatilidade desse indicador, decorrente do descausamento entre as taxas em real e média de cada período.

A renegociação foi concluída de forma satisfatória junto aos credores em ambiente de reciprocidade e sem incidência de custos.

DIVIDENDOS

Neste ano a Companhia assegurou um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária brasileira. Não foram propostos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em função do prejuízo líquido apurado no exercício.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Fibria listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob o código FIBR3, encerraram o ano com alta de 63% cotadas a R\$ 22,57. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), os ADRs nível III, negociados sob o código FBR, fecharam cotados a US\$ 11,37. O volume médio diário de títulos negociados em 2012 na BM&FBOVESPA e na NYSE foi de 3,5 milhões, 11% superior em relação a 2011. O volume financeiro médio em 2012 foi de US\$ 33,1 milhões, 9% inferior em relação a 2011.

Total de ações em circulação

553.934.646 ações ordinárias (ONs)	1 ADR = 1 ação ordinária
ADR (American Depositary Receipt)	R\$ 12,5 bilhões US\$ 6,3 bilhões
Valor de Mercado em 31/12/2012	

As ações da Fibria fazem parte da carteira teórica do Índice Bovespa, com uma participação de 1% no índice. Além disso, a Fibria também foi selecionada para participar do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA pelo quarto ano consecutivo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O ano de 2012 foi marcado pela continuidade na busca do aprimoramento da governança da Fibria. Promovemos a atualização do Código de Conduta da Companhia que, aprovado pelo Conselho de Administração, traz temas atualizados e revisões que tornam o documento mais abrangente e dinâmico. Adicionalmente, a Companhia criou em 2012 o Manual de Conduta nas Mídias Sociais que contém recomendações a serem observadas pelos empregados da Fibria ao utilizarem nos canais ou fóruns da Companhia as redes sociais.

Também em 2012 foi criado o Comitê de Inovação cujas atribuições e responsabilidades são: (i) prestar assessoria ao Conselho de Administração da Companhia na análise de iniciativas relacionadas à pesquisa e inovação tecnológica nas áreas florestal, industrial, gestão e em relação a novos produtos e processos, (ii) formular recomendações ao Conselho de Administração e acompanhar a implantação de políticas, estratégias e ações que se relacionem à pesquisa e inovação no âmbito da Companhia e (iii) avaliar as propostas de investimentos da Companhia sob a ótica da inovação.

Neste ano ocorreram também evoluções na área de Auditoria Interna, garantindo sua independência e agregando mais valor aos negócios. Dentre os aprimoramentos pode-se destacar o (i) relatório periódico apresentado ao Comitê de Auditoria e Riscos, (ii) redefinição do foco e abrangência da auditoria interna, (iii) alinhamento aos objetivos estratégicos do negócio, (iv) sinergia com controles internos, gestão de riscos e ouvidoria e também (v) relatório com nível de detalhamento e linguagem adequados.

Adicionalmente, as áreas de Gestão de Riscos e Comunicação Corporativa avançaram no processo de Gestão de Crises. Após a elaboração do Manual de Gestão de Crises em 2011, neste ano foram estabelecidas Comissões Regionais que realizam treinamentos e simulados específicos nas unidades industriais, florestais e portuárias.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	5.355	24.755	943.856	381.915
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	1.613.854	1.401.869	2.351.966	1.677.926
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	239.725	239.326	754.768	945.362
Contas a receber de clientes (Nota 12)	1.212.764	790.942	754.768	945.362
Estoques (Nota 13)	457.242	383.442	1.183.142	1.178.707
Impostos a recuperar (Nota 14)	145.642	225.890	209.462	327.787
Ativos mantidos para a venda (Nota 35)	589.849	644.166	589.849	644.166
Outros ativos	177.927	77.154	194.526	108.062
	4.220.977	3.579.856	6.245.933	5.295.563
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	732.307	763.658	1.138.005	1.092.108
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	54.252	163.534	54.252	163.534
Contas a pagar aos fornecedores	294.755	239.326	754.768	945.362
Impostos e taxas a recolher	94.987	103.139	128.782	134.024
Partes relacionadas (Nota 16)	19.332	32.533	41.368	53.463
Salários e encargos sociais	499.225	981.467		
Passivos relacionados aos ativos mantidos para venda (Nota 1 (d)(ii))	470.000		470.000	
Dividendos a pagar	392	392	2.076	1.520
Demais contas a pagar	336.430	220.345	204.833	142.367
	2.446.650	2.500.194	2.475.255	1.960.708
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	4.252.156	4.323.379	9.629.950	10.232.309
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	263.646	125.437	263.646	125.437
Impostos e taxas a recolher	77.457	76.260	77.665	76.510
Impostos diferidos (Nota 15)		372.641	227.923	739.878
Partes relacionadas (Nota 16)	5.575.731	5.547.501		
Provisão para contingências (Nota 24)	73.515	84.955	104.813	101.594
Demais contas a pagar	92.356	87.801	160.949	152.509
	10.334.861	10.617.974	10.464.946	11.428.237
	12.781.511	13.118.168	12.940.201	13.388.945
Total do passivo				
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 27(a))	9.729.006	8.379.397	9.729.006	8.379.397
Reserva de capital	2.688	2.688	2.688	2.688
Reserva em tesouraria	239.725	239.326	754.768	945.362
Salários e encargos sociais	1.618.824	1.618.824	1.618.824	1.618.824
Acumulados de lucros (Nota 27(c))	3.815.584	4.520.290	3.815.584	4.520.290
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas	15.155.756	14.510.853	15.155.756	14.510.853
Participação de não controladores			37.209	28.822
Total do patrimônio líquido	15.155.756	14.510.853	15.192.965	14.539.675
Total do passivo e patrimônio líquido	27.937.267	27.629.021	28.133.166	27.928.620

diversidade, a mitigação das mudanças climáticas, a eficiência e a qualidade de nosso relacionamento com a sociedade, incluindo nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Em 2012, nosso foco foi a divulgação dessas metas aos empregados e outras partes interessadas. Para 2013, trabalharemos no desenvolvimento de indicadores que nos permitam gerenciar e prestar contas de nossa evolução com relação a cada meta.

Resultado de um trabalho que envolveu todas as áreas da empresa, a Fibria recebeu a certificação da organização independente *Forest Stewardship Council®* (FSC®) para o manejo florestal e a cadeia de custódia das operações da Unidade Aracruz, abrangendo as atividades no Espírito Santo, na Bahia e em Minas Gerais. A certificação FSC®, internacionalmente reconhecida, garante que nossos produtos florestais são provenientes de florestas bem manejadas, oferecendo benefícios ambientais, sociais e econômicos. Tal garantia agrega valor ao produto da Fibria, diante do cenário competitivo do mercado de celulose, mas reflete sobretudo, nosso empenho em, ao buscar atender aos rigorosos critérios da certificação, expressar nosso compromisso com a sociedade.

O relacionamento com as comunidades vizinhas às nossas operações mereceu atenção especial. Participamos de iniciativas para o combate à comercialização ilegal de carvão no sul da Bahia e para o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Um dos destaques foi o estabelecimento de uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para o assentamento de 1.200 famílias e a criação de uma escola de ensino técnico e profissionalizante para desenvolvimento de tecnologias agroflorestais, em uma área de 12 mil hectares que pertencia à Fibria. Acreditamos que, mais do que apenas dialogar e conviver em harmonia com a população dessas comunidades, é nosso compromisso contribuir para que as pessoas se capacitem e tenham condições de mudar para melhor sua própria realidade e a das regiões onde estão inseridas.

Em dezembro a Fibria ratificou um acordo relativo à ação judicial coletiva interposta contra a Companhia em novembro de 2008 por possíveis compradores de ADRs do período de 7 de abril a 2 de outubro de 2008 que alegavam violações de regras da *Securities Exchange Act*, na medida em que a Companhia teria divulgado informações insuficientes sobre perdas em certas operações envolvendo instrumentos derivativos.

SINERGIAS

Após mais um ano de apuração das sinergias advindas da fusão da Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP), superamos a Valor Presente Líquido (VPL) o valor de R\$ 5 bilhões. Mesmo as sinergias que demandavam maior tempo de maturação, como nas áreas operacionais e de pesquisa, demonstraram que a troca de melhores práticas traz ganhos significativos para a Fibria. O compartilhamento das melhores práticas já está no DNA da organização, permitindo que nossas operações superem a cada ano novas metas, o que fica refletido no recorde de volume de produção em 2012 e no aumento do custo caixa de produção abaixo da inflação em 2012.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Fibria é uma das empresas do setor que mais investe em pesquisa e tem feito isso, de forma consistente, há mais de 40 anos. Em 2012, investiu cerca de R\$ 42 milhões em projetos de tecnologia (8% a mais do que o investido em 2011), considerando o que existe de mais moderno na área florestal e de produção de celulose. Os resultados da área de Manejo Florestal e Recursos Naturais contribuíram para o negócio florestal com o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, como por exemplo, a adubação e conservação de solos, manejo da paisagem florestal, ecofisiologia da produção, micróbios experimentais, controle biológico de pragas, entre outros. Merece destaque o novo procedimento de condução de rebrota aplicado aos plantios da Fibria, que deverá resultar em ganhos de produtividade e redução dos custos operacionais.

Os avanços obtidos em Melhoramento Genético e Biotecnologia também foram expressivos ao longo do ano. Foram introduzidos 15 novos clones de eucalipto nos viveiros da Fibria, com destaque para os primeiros clones híbridos com espécies subtropicais de interesse estratégico para a empresa, selecionados para as condições climáticas do Espírito Santo e Bahia. A entrada em operação destes novos clones traz ganhos em produtividade florestal e ganhos industriais, representando um aumento de cerca de 3% em toneladas de celulose por hectare por ano (IMACel). Também foi concluído o desenvolvimento de um novo e inovador sistema de produção de mudas *in vitro*, utilizando sistema de biorreatores de imersão temporária, desenvolvido especificamente para a cultura do eucalipto. Este novo sistema representa um ganho de produtividade da ordem de 30 vezes, comparado com o sistema tradicional de produção de mudas em laboratório, e garantirá o fornecimento de 100% das mudas para jardins clonais em todos os viveiros comerciais da Companhia.

Na área de biologia molecular continuamos o desenvolvimento na seleção assistida por marcadores moleculares, com o uso da seleção genômica ampla, buscando antecipar a seleção de árvores superiores, aumentando o ganho genético por unidade de tempo. Também em 2012 foram estabelecidos novos experimentos de campo com árvores transformadas geneticamente em São José dos Campos (SP) e Três Lagoas (MS) - eventos que juntos reuniram cerca de 160 pessoas, entre representantes de comunidades e parceiros, para ouvir sugestões das comunidades com o objetivo de aprimorar a atuação da Companhia nas regiões onde possui atividades florestais e industriais;

• O Programa de Desenvolvimento Rural Terrestre (PDRT), que começou a ser implantado em 2010, beneficiou em 2012 cerca de 927 famílias de 24 comunidades negras da Bahia e do Espírito Santo e 250 famílias em 7 comunidades do Mato Grosso do Sul. Realizado em parceria com órgãos públicos e baseado numa rede de compartilhamento de informações e recursos das próprias comunidades, o PDRT envolve a oferta de assistência técnica especializada aos moradores, a orientação para a comercialização dos produtos em programas federais de incentivo de agricultura familiar. A renda média por família por ano decorrente das atividades do PDRT variou em 2012 de cerca de R\$ 3,5 mil a R\$ 32 mil.

• A Fibria intensificou sua presença e protagonismo em eventos e processos de diálogo nacionais e internacionais, como o programa *New Generation Plantations* (NGP), do WWF, que reuniu mais de 70 pessoas em encontro no Brasil, apoiado pela Fibria; a Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que reuniu milhares de representantes no Brasil; o *The Forests Dialogue*, com destaque para o Diálogo sobre Áreas (*food, fuel, fiber, forests*) também realizado no Brasil; os encontros do *Forest Solutions*, grupo de empresas do setor florestal integrantes do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD); e o Diálogo Florestal Brasileiro, que reúne empresas florestais e ONGs de várias partes do país.

Como estímulo à inovação, a Fibria incentiva seus empregados a desenvolver ideias inovadoras, oferecendo recompensas financeiras aos autores das propostas aprovadas, por meio do programa IR. Em 2012, foram apresentadas 480 sugestões para redução de custos, aumento de receita, incremento da produtividade, produção de carvão legal no sul da Bahia atestam esse avanço, que, somado a outras questões importantes, contribuíram para a Fibria obter a certificação pelo *Forest Stewardship Council®* (FSC®) para o seu manejo florestal e cadeia de custódia nas suas florestas do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Hoje, todas as áreas da Companhia estão certificadas pelo FSC®, que, por meio de indicadores sociais, ambientais e econômicos, identifica que a madeira utilizada na produção da celulose provém de florestas bem manejadas. Possuímos também certificação Cerflor em Três Lagoas, Aracruz e Veracel sendo que em Jacaré o processo de certificação será concluído em 2013.

A Fibria também reforçou e aprimorou o relacionamento e o engajamento com partes interessadas, como dentre outros, governos, instituições e ONGs, resultando nas seguintes iniciativas:

• Convênio firmado entre a Fibria, o MST, o governo da Bahia, a Esalq/USP e o Incra, resultou no projeto de assentamento de cerca de 1.200 famílias, treinamento e produção agroflorestal.

• A Fibria realizou duas edições regionais do Diálogo Comunitário - em São José dos Campos (SP) e Três Lagoas (MS) - eventos que juntos reuniram cerca de 160 pessoas, entre representantes de comunidades e parceiros, para ouvir sugestões das comunidades com o objetivo de aprimorar a atuação da Companhia nas regiões onde possui atividades florestais e industriais;

• O Programa de Desenvolvimento Rural Terrestre (PDRT), que começou a ser implantado em 2010, beneficiou em 2012 cerca de 927 famílias de 24 comunidades negras da Bahia e do Espírito Santo e 250 famílias em 7 comunidades do Mato Grosso do Sul. Realizado em parceria com órgãos públicos e baseado numa rede de compartilhamento de informações e recursos das próprias comunidades, o PDRT envolve a oferta de assistência técnica especializada aos moradores, a orientação para a comercialização dos produtos em programas federais de incentivo de agricultura familiar. A renda média por família por ano decorrente das atividades do PDRT variou em 2012 de cerca de R\$ 3,5 mil a R\$ 32 mil.

• A Fibria intensificou sua presença e protagonismo em eventos e processos de diálogo nacionais e internacionais, como o programa *New Generation Plantations* (NGP), do WWF, que reuniu mais de 70 pessoas em encontro no Brasil, apoiado pela Fibria; a Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que reuniu milhares de representantes no Brasil; o *The Forests Dialogue*, com destaque para o Diálogo sobre Áreas (*food, fuel, fiber, forests*) também realizado no Brasil; os encontros do *Forest Solutions*, grupo de empresas do setor florestal integrantes do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD); e o Diálogo Florestal Brasileiro, que reúne empresas florestais e ONGs de várias partes do país.

Como estímulo à inovação, a Fibria incentiva seus empregados a desenvolver ideias inovadoras, oferecendo recompensas financeiras aos autores das propostas aprovadas, por meio do programa IR. Em 2012, foram apresentadas 480 sugestões para redução de custos, aumento de receita, incremento da produtividade, produção de carvão legal no sul da Bahia atestam esse avanço, que, somado a outras questões importantes, contribuíram para a Fibria obter a certificação pelo *Forest Stewardship Council®* (FSC®) para o seu manejo florestal e cadeia de custódia nas suas florestas do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais. Hoje, todas as áreas da Companhia estão certificadas pelo FSC®, que, por meio de indicadores sociais, ambientais e econômicos, identifica que a madeira utilizada na produção da celulose provém de florestas bem manejadas. Possuímos também certificação Cerflor em Três Lagoas, Aracruz e Veracel sendo que em Jacaré o processo de certificação será concluído em 2013.

A Fibria também reforçou e aprimorou o relacionamento e o engajamento com partes interessadas, como dentre outros, governos, instituições e ONGs, resultando nas seguintes iniciativas:

• Convênio firmado entre a Fibria, o MST, o governo da Bahia, a Esalq/USP e o Incra, resultou no projeto de assentamento de cerca de 1.200 famílias, treinamento e produção agroflorestal.

• A Fibria realizou duas edições regionais do Diálogo Comunitário - em São José dos Campos (SP) e Três Lagoas (MS) - eventos que juntos reuniram cerca de 160 pessoas, entre representantes de comunidades e parceiros, para ouvir sugestões das comunidades com o objetivo de aprimorar a atuação da Companhia nas regiões onde possui atividades florestais e industriais;

• O Programa de Desenvolvimento Rural Terrestre (PDRT), que começou a ser implantado em 2010, beneficiou em 2012 cerca de 927 famílias de 24 comunidades negras da Bahia e do Espírito Santo e 250 famílias em 7 comunidades do Mato Grosso do Sul. Realizado em parceria com órgãos públicos e baseado numa rede de compartilhamento de informações e recursos das próprias comunidades, o PDRT envolve a

FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social		Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Custos na emissão de ações				Legal	Para investimentos		
Em 31 de dezembro de 2010	8.379.397		2.688	(10.346)	1.627.903	303.800	5.077.971	23.433	15.404.846
Total do resultado e resultado abrangente									
Lucro (prejuízo) e resultado abrangente do exercício								4.508	(868.114)
Transações com acionistas									
Realização da reserva de reavaliação					(9.079)				9.079
Aumento de capital									
Reversão de dividendos prescritos								2.062	2.062
Absorção do prejuízo do exercício								(861.481)	861.481
Total das transações com acionistas					(9.079)			881	2.943
Em 31 de dezembro de 2011	8.379.397		2.688	(10.346)	1.618.824	303.800	4.216.490	28.822	14.539.675
Total do resultado e resultado abrangente									
Lucro (prejuízo) e resultado abrangente do exercício								6.736	(697.970)
Transações com acionistas									
Aumento de capital (Nota 27 (a))	1.361.380	(11.771)						3.335	1.349.609
Aumento de capital de não controladores - Portocel								(1.684)	3.335
Dividendos providos para não controladores - Portocel									(1.684)
Absorção do prejuízo do exercício								(704.706)	704.706
Total das transações com acionistas	1.361.380	(11.771)						1.651	1.351.260
Em 31 de dezembro de 2012	9.740.777	(11.771)	2.688	(10.346)	1.618.824	303.800	3.511.784	37.209	15.192.965

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recargas				
Vendas brutas de produtos e serviços (menos devoluções de vendas)	3.903.493	3.839.117	6.313.193	6.100.059
Reversão (provisão) para deterioração de créditos a receber (Nota 12)	3.376	(22.237)	3.376	(22.237)
Recargas relativas à construção de ativos próprios e outras	793.634	1.298.339	1.276.858	1.633.040
Insumos adquiridos de terceiros	4.700.503	5.115.219	7.593.427	7.710.862
Custo dos produtos e serviços vendidos (inclui matérias-primas)	(2.426.398)	(1.848.628)	(3.606.166)	(2.756.456)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(162.882)	(981.794)	(407.489)	(1.222.791)
Valor adicionado bruto	2.111.423	2.284.797	3.579.772	3.731.615
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.192.898)	(1.211.905)	(1.720.067)	(1.838.827)
Exaustão de madeira proveniente de operações de fomento	(38.160)	(45.368)	(128.241)	(45.368)
Valor adicionado líquido produzido	880.365	1.027.524	1.731.464	1.847.420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido das operações continuadas	(1.059.068)	(1.694.395)	(989.730)	(1.491.012)
Ajustes por				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social de operações descontinuadas (Nota 35(i))		364.629		364.629
Depreciação, exaustão e amortização	1.192.898	1.211.905	1.720.067	1.838.827
Exaustão de madeira proveniente de operações de fomento	38.160	45.368	128.241	45.368
Variação cambial e monetária	751.949	988.942	735.001	935.922
Valor justo de contratos derivativos	184.465	276.877	184.465	276.877
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 17(a))	(69.255)	(117.525)	592	414
Ganho de capital na alienação de investimento (CONPACEL, KSR e Piracicaba) (Nota 35(b)(iii))		(532.850)		(532.850)
Ajuste a Valor Presente (AVP) de contas a pagar por aquisição de ações		40.893		40.893
Ganho na alienação de imobilizado	(74.446)	(17.936)	(64.419)	(25.361)
Apropriação de juros, ganhos e perdas sobre títulos e valores mobiliários	(117.593)	(151.447)	(143.809)	(178.895)
Apropriação de juros sobre financiamento	255.394	280.283	681.840	660.084
Variação no valor justo de ativos biológicos (Nota 32)				
Encargos financeiros na recompra parcial de Eurobonds "Fibra 2020"	(55.703)	(1.322)	(297.686)	(145.884)
Complemento de provisões e outros	31.611	120.132	107.051	124.632
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Caixa a receber de clientes	(420.968)	(126.524)	246.798	160.940
Ativos financeiros	(70.355)	(102.444)	45.236	(148.446)
Impostos	(151.735)	(161.946)	(16.875)	(177.117)
Partes relacionadas	(462.853)	(1.155)		(161)
Outros ativos	(44.221)	54.829	(20.857)	63.506

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	69.255	117.525	(592)	(414)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	1.057.483	2.054.740	991.096	2.780.761
	1.126.738	2.172.265	990.504	2.780.347
Valor adicionado total a distribuir	2.007.103	3.199.789	2.721.968	4.627.767
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	370.306	427.930	547.617	571.419
Remuneração direta	290.324	333.257	420.040	441.752
Benefícios	63.473	75.689	103.130	104.888
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	16.509	18.984	24.447	24.779
Impostos, taxas e contribuições	(122.432)	(157.331)	53.705	135.201
Federais	(206.896)	(291.500)	(63.399)	(40.076)
Estaduais	64.396	117.727	88.276	148.748
Municipais	20.068	15.992	28.828	26.529
Juros provisionados, variações cambiais passivas e alugueis	2.463.935	3.801.812	2.818.616	4.789.261
Prejuízo do exercício	(704.706)	(872.622)	(704.706)	(872.622)
Participação de não controladores			6.736	4.508
Valor adicionado distribuído	2.007.103	3.199.789	2.721.968	4.627.767

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

(a) **Considerações gerais**
A Fibria Celulose S.A. e suas empresas controladas, doravante referidas nesta demonstração como "Fibria", "Empresa" ou "Companhia", está constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil e é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Fibria possui ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), reportando suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC).

A Fibria tem como atividade preponderante o plantio de florestas renováveis e sustentáveis e a industrialização e o comércio de celulose branqueada de eucalipto. Após a venda das atividades de produção de papel, em 2011, a Fibria opera em um único segmento operacional relacionado à industrialização e o comércio de celulose de fibra curta.

A produção de celulose branqueada é realizada apenas a partir de árvores de eucalipto resultando em uma variedade de madeira dura de alta qualidade, com fibras curtas, geralmente melhor adequadas à fabricação de papel sanitário, papel revestido e não revestido para impressão e escrita. São utilizadas energias térmica e elétrica no processo produtivo, que são substancialmente provenientes de geração própria e inclui licor negro, biomassa derivada de descasque de madeira, lascas e resíduos. Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Fibria em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

Os negócios da Companhia são fortemente afetados pelos preços que vigoram no mercado mundial de celulose, historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores, como: (i) demanda mundial por produtos derivados de celulose; (ii) capacidade de produção mundial e estratégias adotadas pelos principais produtores e (iii) disponibilidade de substitutos para esses produtos. Todos esses fatores estão fora do controle de gestão da Companhia.

Em 2012, a Companhia estabeleceu aliança estratégica com a Ensyn Corporation ("Ensyn") com a finalidade de avançar sua expertise em florestas e sua posição competitiva no Brasil para desenvolver alternativas de alto valor agregado que possam complementar sua liderança global e excelência em produção de celulose. A Companhia acredita que suas competências, juntamente com a plataforma tecnológica da Ensyn, podem criar um negócio relevante de biocombustíveis no futuro. Os detalhes desta parceria estão apresentados no item (h) a seguir.

(b) **Plantas em operação e base florestal**
A Fibria opera plantas fabris de celulose branqueada, com capacidade instalada em 31 de dezembro de 2012 no total de aproximadamente 5,25 milhões de toneladas por ano, distribuídas nas seguintes localizações:

Planta de celulose	Localização	Capacidade anual instalada (toneladas por ano)
Aracruz	Espírito Santo	2.300.000
Três Lagoas	Mato Grosso do Sul	1.300.000
Jacaré	São Paulo	1.100.000
Veracel (*)	Bahia	550.000
		5.250.000

(*) Capacidade produtiva equivalente à participação de 50% da Fibria na controlada em conjunto Veracel Celulose S.A.

ATIVOS	Referência	Classificação	Data da disposição e reclassificação contábil	Data da efetivação da venda
CONPACEL	Nota 35(b) e Nota 1 (d)(i)	Ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas	Dezembro de 2010	Janeiro de 2011
KSR	Nota 35(b) e Nota 1 (d)(ii)	Ativos mantidos para a venda e operações descontinuadas	Dezembro de 2010	Fevereiro de 2011
Piracicaba	Nota 35(b) e Nota 1 (d)(i)	Ativos mantidos para a venda	Junho de 2011	Setembro de 2011
Projeto Losango	Nota 1 (d) (ii) e Nota 35 (a)	Ativos mantidos para a venda	Junho de 2011	Ainda não consumada (*)
Ativos florestais e terras localizados no sul da Bahia	Nota 1 (d) (iii) e Nota 35 (b)	Ativos mantidos para a venda	Março de 2012	Dezembro de 2012

(*) Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia e a CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC") assinaram o compromisso final de compra e venda desses ativos pelo valor total de R\$ 615 milhões, sendo que a efetivação da venda deverá ocorrer quando da obtenção das aprovações governamentais aplicáveis, conforme descrito na Nota 1 (d) (ii).

(i) **Venda de unidades geradoras de caixa - CONPACEL, KSR e Piracicaba**
Em 21 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a alienação dos ativos de suas unidades geradoras de caixa denominadas Consórcio Paulista de Papel e Celulose - CONPACEL e KSR Distribuidora, constituídas de uma fábrica de celulose e papel com capacidade produtiva de 650 mil e 390 mil toneladas/ano de celulose e papel, respectivamente, uma base florestal de aproximadamente 71 mil hectares de plantios florestais, cerca de 30 mil hectares de área de preservação e uma unidade de distribuição de papéis, constituída de uma rede de 19 filiais em diversos estados do País e um Centro de Distribuição no Estado de São Paulo.

Em 31 de janeiro de 2011 e 28 de fevereiro de 2011, a Companhia concluiu a alienação dos elementos patrimoniais de CONPACEL e KSR, respectivamente, pelo preço certo e ajustado de R\$ 1,5 bilhão, mediante assinatura pela Companhia e pela Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano") do contrato de Compra e Venda de Estabelecimento e Outras Avenças e pelo pagamento do valor à Fibria.

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia concluiu a alienação dos elementos patrimoniais da unidade geradora de caixa denominada Piracicaba, constituída de uma fábrica de papéis especiais localizada no município de Piracicaba, Estado de São Paulo, com capacidade anual de mais de 160 mil toneladas, à Oji Paper CO., LTD. ("Oji") pelo preço certo e ajustado de US\$ 313 milhões, equivalentes a R\$ 567,375 na data. A operacionalização dessa venda ocorreu mediante cessão dos ativos líquidos dessa unidade para a controlada Piracicaba Indústria de Papéis Especiais e Participações Ltda. e posterior venda das quotas detidas à Oji.

A alienação destas unidades geradoras de caixa concluiu a estratégia de concentração das atividades da Companhia no negócio de celulose, bem como contribuiu para a redução do endividamento. Os detalhes sobre os ativos, passivos e resultados destas operações e fluxos de caixa estão apresentados na Nota 35.

(ii) **Desmobilização de terras e ativos florestais**
Projeto Losango
Em 30 de junho de 2011, a Companhia anunciou a intenção de aliar os ativos relacionados ao Projeto Losango, que inclui aproximadamente 100 mil hectares de áreas próprias e aproximadamente 39 mil hectares de eucaliptos plantados em áreas próprias e em áreas arrendadas de terceiros, localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Em 10 de setembro de 2012 foi assinado um contrato para compra e venda de todos os ativos do Projeto Losango pelo preço máximo de R\$ 615 milhões e, em 28 de dezembro de 2012 a Companhia e a CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC") assinaram um compromisso de compra e venda desses ativos pelo valor total de R\$ 615 milhões, sendo recebido como adiantamento na data da assinatura a primeira parcela no valor de R\$ 470 milhões e a segunda parcela, no valor de R\$ 140 milhões, foi depositado em conta caução (escrow account), que deverá ser liberada após as demais aprovações governamentais aplicáveis e outras condições precedentes. A parcela final de R\$ 5 milhões será paga quando da

As florestas da Fibria são compreendidas por árvores de eucalipto, que possuem ciclo médio de extração entre seis e sete anos e estão localizadas em seis estados brasileiros, em uma área aproximada de 970 mil hectares, considerando as áreas de reflorestamento e conservação ambiental, conforme segue:

	Área destinada ao plantio		Área total	
	2012	2011	2012	2011
Estado				
São Paulo	79.649		147.664	
Minas Gerais	13.274		27.207	
Rio de Janeiro	1.637		3.369	
Mato Grosso do Sul	228.410		347.512	
Bahia	134.821		263.959	
Espírito Santo	105.204		180.305	
	562.995		970.016	

A base florestal do Estado do Rio Grande do Sul foi desconsiderada na tabela acima, pois os referidos ativos foram descontinuados e estão sendo apresentados na rubrica "Ativos mantidos para a venda", conforme detalhado no item (d)(ii) a seguir e na Nota 35.

(c) **Logística para exportação de celulose**
A maior parte da celulose produzida para exportação é entregue aos clientes por meio de transporte marítimo com base em contratos de afretamento de longo prazo. Em outubro de 2010, a Companhia assinou contrato de afretamento por 25 anos com frota de 20 navios a serem entregues até 2015 dedicados para otimizar a logística internacional e assegurar estabilidade operacional e competitividade.

O serviço de transporte iniciou em novembro de 2012 com a entrega do primeiro navio com capacidade para transportar 54 mil toneladas de celulose.

A Companhia opera com dois portos, Santos e Barra do Riacho. O porto de Santos fica localizado na costa do Estado de São Paulo e escoia a celulose produzida nas plantas de Jacaré e Três Lagoas e é operado sob regime de concessão do Governo Federal através da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

O porto de Barra do Riacho é um porto especializado em celulose e fica localizado a cerca de três quilômetros da unidade Aracruz, no Estado do Espírito Santo e escoia a celulose produzida nas plantas de Aracruz e Veracel. Esse porto é operado por uma empresa controlada pela Fibria (participação de 51% no capital social) denominada Portocel - Terminal Especializado Barra do Riacho S.A. A Portocel opera sob autorização da União conforme contrato de adesão assinado em 14 de novembro de 1995.

O prazo de concessão de um dos terminais no porto de Santos se encerra em 2017, entretanto, a Companhia já busca alternativas para o escoamento da sua produção de modo a preservar sua capacidade de exportação em linha com a produção no longo prazo.

(d) **Ativos circulares mantidos para a venda**
Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia aprovou e concluiu a venda de determinadas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e ativos, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Data da disposição e reclassificação contábil	Data da efetivação da venda
Aracruz	Dezembro de 2010	Janeiro de 2011
KSR	Dezembro de 2010	Fevereiro de 2011
Piracicaba	Junho de 2011	Setembro de 2011
Projeto Losango	Junho de 2011	Ainda não consumada (*)
Ativos florestais e terras localizados no sul da Bahia	Março de 2012	Dezembro de 2012

efetiva transferência de contratos de arrendamento de terras existentes relacionados ao ativo e após as aprovações governamentais aplicáveis. O contrato define o prazo de 48 meses para as aprovações regulamentares adicionais necessárias, com a possibilidade de prorrogação adicional de acordo com a decisão da CMPC por mais 48 meses. Se as aprovações não foram obtidas o valor de R\$ 470 milhões deverá ser reembolsado para CMPC com correção de juros e o depósito na conta caução será resgatado pela mesma. A Companhia registrou o adiantamento referente à primeira parcela no passivo na rubrica "Passivos relacionados aos ativos mantidos para a venda".

A conclusão da venda depende da obtenção de tais aprovações complementares e com isso a administração concluiu que esses ativos devem permanecer classificados como ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2012. O valor contábil desse acervo líquido foi comparado com o seu valor justo menos as despesas necessárias para a venda e não houve a necessidade de registro de perda por impairment. Esses ativos não geraram resultados em 2012.

Os valores desses ativos mantidos para venda estão demonstrados na Nota 35.

Ativos florestais e terras localizados no Sul da Bahia
Em 8 de março de 2012, em linha com os esforços de adequar a alavancagem da Companhia, a Administração aceitou oferta vinculante do Fundo Florestas do Brasil ("Fundo"), por meio de sua subsidiária Caravelas Florestal S.A., para a venda de certos ativos florestais e terras localizados no Sul da Bahia. Esses ativos perfazem cerca de 16,152 mil hectares de efetivo plantio de eucalipto para serraria e celulose, com produção anual média de 660 mil m³ de madeira.

No dia 29 de junho de 2012, a Fibria assinou o contrato de alienação desses ativos pelo valor total de R\$ 235 milhões e recebeu um adiantamento, no ato da assinatura, no valor de R\$ 200 milhões. Em 7 de dezembro de 2012 as partes assinaram o termo de aceite tomando conhecimento da finalização da inspeção das terras e dos ativos florestais relacionados às referidas terras.

Como resultado do processo de diligência investigatória (due diligence) conduzido pelo comprador, o preço de venda recebeu certos ajustes, totalizando R\$ 210 milhões. O saldo remanescente de R\$ 10 milhões será recebido em 2013 e está registrado na rubrica "Outros ativos" no ativo circulante.

A transação gerou um ganho de capital no montante de R\$ 19.551, cujos detalhes estão apresentados na Nota 35.

(e) **Incorporações e liquidações de empresas que não afetaram a demonstração financeira consolidada**
Durante os exercícios de 2011 e de 2012, a administração



FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Transações entre as empresas controladas, bem como os saldos e os ganhos não realizados nessas operações, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidência de uma perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Os saldos do ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, receitas e despesas, relativo aos anos de 2012 e de 2011 das controladas em conjunto Veracel, Asapir e VOTO IV, estão a seguir demonstrados:

	2012		2011		2010	
	Veracel	Asapir	VOTO IV	Veracel	Asapir	VOTO IV
	100%	50%	100%	50%	100%	50%
Ativo						
Ativo circulante	461.064	230.532	43.864	21.932	6.254	3.127
Ativo não circulante	3.277.348	1.638.674	406	203	829.662	414.831
Total do ativo	3.738.412	1.869.206	44.270	22.135	835.916	417.958
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	424.280	212.140	1.994	997	(1.878)	(939)
Passivo não circulante	458.688	229.344	5.474	2.737	780.372	390.186
Patrimônio líquido	2.855.444	1.427.722	36.802	18.401	57.422	28.711
Total do passivo e patrimônio líquido	3.738.412	1.869.206	44.270	22.135	835.916	417.958
Resultado						
Receita operacional líquida	988.442	494.221				
Custos dos serviços prestados	(840.732)	(420.366)				
Lucro bruto	147.710	73.855				
Despesas administrativas	(34.510)	(17.255)				
Despesas comerciais	(26.192)	(13.096)				
Outras receitas (despesas) operacionais	45.483	22.742	(2.728)	(1.364)		
Resultado operacional	132.491	66.246	(2.728)	(1.364)		
Resultado financeiro, líquido	(68.622)	(34.311)	(1.374)	(687)	1.742	871
Resultado antes do IR e CS	63.869	31.935	(4.102)	(2.051)	1.742	871
IR e CS corrente e diferido	(16.014)	(8.007)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	47.855	23.928	(4.102)	(2.051)	1.742	871

	2011		2010		2009	
	Veracel	Asapir	VOTO IV	Veracel	Asapir	VOTO IV
	100%	50%	100%	50%	100%	50%
Ativo						
Ativo circulante	265.510	132.755	51.030	25.515	22.764	11.382
Ativo não circulante	3.443.370	1.721.685	7.606	3.803	761.574	380.787
Total do ativo	3.708.880	1.854.440	58.636	29.318	784.338	392.169
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	483.482	241.741	2.406	1.203	(1.028)	(514)
Passivo não circulante	417.808	208.904	15.326	7.663	734.254	367.127
Patrimônio líquido	2.807.590	1.403.795	40.904	20.452	51.112	25.556
Total do passivo e patrimônio líquido	3.708.880	1.854.440	58.636	29.318	784.338	392.169
Resultado						
Receita operacional líquida	837.406	418.703				
Custos dos serviços prestados	(757.070)	(378.535)				
Lucro bruto	80.336	40.168				
Despesas administrativas	(25.766)	(12.883)				
Despesas comerciais	(76.382)	(38.191)				
Outras receitas (despesas) operacionais	62.730	31.366	(5.742)	(2.870)	(64)	(32)
Resultado operacional	40.918	20.460	(5.742)	(2.870)	(64)	(32)
Resultado financeiro, líquido	(80.536)	(40.268)	(154)	(77)	4.388	2.194
Resultado antes do IR e CS	(39.618)	(19.808)	(5.896)	(2.947)	4.324	2.162
IR e CS corrente e diferido	4.812	2.406	(5.242)	(2.621)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(34.806)	(17.402)	(11.138)	(5.568)	4.324	2.162

(c) Coligadas
Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Fibria possui participação exclusivamente na coligada Bahia Produtos de Madeira S.A. (anteriormente denominada Aracruz Produtos de Madeira S.A.), a qual foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas como investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, na rubrica "Investimentos" em função de haver somente influência significativa.

(d) Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As empresas controladas incluídas na consolidação estão demonstradas a seguir:

	Percentual do capital total		
	Direta	Indireta	Total
No Brasil			
Normus Empreendimentos e Participações Ltda	100		100
Fibra-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda	100		100
Fibra Terminalis Portuários S.A.	100		100
Projetos Especiais e Investimentos S.A.	100		100
Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A.	51		51
Veracel Celulose S.A. (ii)	50		50
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda. (ii)	50		50
No exterior			
VOTO - Votorantim Overseas Trading Operations			
IV Limited (ii)	50		50
Fibra Trading International KFT	48,3	51,7	100
Fibra Overseas Holding KFT		100	100
Newark Financial Inc. (i)		100	100
Fibra Overseas Finance Ltd		100	100
Fibra International GmbH	100		100
Fibra Celulose (USA) Inc.		100	100
Fibra (Europe) S.A.		100	100

(i) Empresa encerrada conforme detalhado na Nota 1 (e).

(ii) Empresas consolidadas proporcionalmente.

2.2. Demonstrações financeiras individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

2.3. Apresentação de relatórios por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, a qual é responsável pela alocação de recursos, a tomada de decisões estratégicas e a avaliação dos resultados. As demonstrações financeiras não incluem informações por segmento tendo em vista que a Companhia não possui outro segmento operacional além de celulose.

2.4. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e coligadas é o real, mesma moeda de apresentação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, para os itens que não remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados na rubrica "Variações monetárias e cambiais, líquidas".

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, bem como as contas garantidas, na medida em que são consideradas como uma extensão da gestão de caixa da Companhia.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável. Quando aplicável, é reconhecida provisão para desvalorização desse ativo (*impairment*).

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa".

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fibria se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou tomador;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros, desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Fibria pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não foi aplicada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*) para os períodos apresentados. O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 11.

2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de celulose no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço.

A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Nesse sentido, mensalmente a área de Tesouraria da Fibria analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes nacionais e no exterior e seleciona os clientes cujas faturas estejam vencidas para avaliar a situação específica de cada cliente, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido, considerando a existência de seguros contratados, cartas de crédito, existências de garantias reais, situação financeira do cliente e envolvimento da área jurídica em alguma execução. O resultado desse julgamento estabelece um percentual que é aplicado sobre o saldo das faturas deitadas contra o cliente e determina o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício na rubrica "Despesas com vendas".

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor entre o custo médio das compras ou da produção e o valor de realização. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção.

As matérias-primas provenientes dos ativos biológicos são mensuradas ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidas do ativo biológico para o grupo de estoques.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, também são reconhecidos no patrimônio em outros resultados abrangentes, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas empresas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os efeitos diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, não é reconhecido se resultante do reconhecimento inicial de ativo, bem como se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o real ou o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.11. Ativos intangíveis

(a) Ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de controladas é registrado como "ativo intangível". O ágio é testado no mínimo anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment* até o momento da venda. Os ganhos e as perdas da alienação de uma investida incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) ou grupo de unidades geradoras de caixa para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para a UGC que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. Cada UGC ou grupo de UGCs para qual o ágio é alocado representa o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para propósitos internos da administração.

(b) Banco de dados

Compreende o conhecimento técnico construído ao longo de vários anos e à base de dados de tecnologia florestal e industrial originado da aquisição da Aracruz. Estes ativos proporcionam uma melhoria na produtividade dos eucaliptos por hectare e nos processos industriais de produção de celulose.

O banco de dados foi reconhecido pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que tem vida útil definida e está registrada pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, à taxa anual de 10%, e registrada no resultado no grupo "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

A base de dados de tecnologia florestal e industrial é composta por: CEDOC (Centro de Documentação), BIP (base de informação de processo e pesquisa), KDP (software utilizado na gestão de conhecimento) e Microbacia (sensores e marcadores que captam o efeito da chuva nas áreas plantadas ao longo do seu ciclo).

(c) Patente

A patente registrada foi adquirida na aquisição da Aracruz e corresponde ao desenvolvimento efetuado pela área de pesquisa e do processamento de polpa celulósica para uma aplicação e cliente específico.

A patente foi reconhecida pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que tem vida útil definida e está registrada pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear, com base na taxa anual de 15,9%.

(d) Relacionamento com fornecedor

Este ativo intangível abrange o valor do contrato legado pela Companhia na aquisição da Aracruz, relacionado ao fornecimento de óleo diesel e álcool combustível e para fornecimento de produtos químicos.

Esse ativo foi reconhecido pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que tem vida útil definida e está registrado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização, é calculada pelo método linear, com base na taxa anual de 20% para fornecedores e óleo diesel e álcool e de 6,3% para produtos químicos.

(e) Desenvolvimento e implantação de sistemas (softwares)

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuído ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

2.12. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas



continuação

FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia concluiu que os investimentos nas empresas Veracel, VOTO IV e Aspir atendem à definição de *Joint Operations* e, portanto, a partir de janeiro de 2013, a expectativa é contabilizar pela parcela da Companhia dos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com a participação nas empresas, o que não produzirá impacto significativo na posição financeira da Companhia. Os investimentos serão comparados com a consolidação proporcional da Veracel, VOTO IV e Aspir, como atualmente considerado.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento, o CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continua a ser aplicada. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fibria.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas", emitido em maio de 2011. Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada das demonstrações financeiras. A norma prevê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fibria. O IFRS 12 - "Mensuração do Valor Justo", emitido em maio de 2011 e divulgado em um novo pronunciamento, o CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRS. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Fibria. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis críticas são aquelas que são importantes para descrever e registrar a situação financeira da Companhia e exigem poder de análise e decisão. A aplicação dessas políticas contábeis críticas exige com frequência análise e decisão pela Administração a respeito dos efeitos de assuntos que são inerentemente incertos com relação aos resultados operacionais e ao valor contábil dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e a situação financeira reais da Companhia poderão ser diferentes daqueles previstos.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

(a) Combinação de negócios e avaliação de perda (*impairment*) estimada do ágio

Em combinação de negócios, os ativos adquiridos e passivos assumidos devem ser mensurados ao valor justo na data da aquisição e a participação de acionistas não controladores pode ser mensurada ao valor justo. A avaliação destes ativos e passivos na data da aquisição requer o uso do julgamento sobre o valor justo dos ativos, incluindo a estimativa dos fluxos de caixa futuros, valores de mercado, qualidade dos créditos, entre outros, e que podem divergir significativamente dos respectivos resultados reais.

Anualmente ou em período menor quando há alguma alteração nas circunstâncias que acarretariam na redução do valor recuperável das unidades geradoras de caixa para as quais existem ágios registrados, a Companhia realiza testes para eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota 2.16. Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 36).

(b) Tributos sobre o lucro

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas subsidiárias operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

Conforme descrito na Nota 15(e), em novembro de 2011 a Companhia decidiu transferir certas operações para o exterior, o que resultou na incerteza em relação à capacidade de utilização da totalidade de créditos tributários registrados pela subsidiária afetada, portanto, esses créditos tributários não podem ser mais considerados de realização provável. A utilização dos créditos dependerá do nível de lucro tributável futuro a ser gerado até dezembro de 2014, o que resultou no registro de *impairment* no montante de R\$ 200.711.

(c) Benefícios a empregados

O valor atual de obrigações do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) baseado em os saldos das obrigações atuariais, está a taxa de desconto. A provisão de remuneração líquida em ações está registrada pelo valor justo da opção, o qual é calculado pela Companhia com base no modelo *Binomial-Triangular Tree*. Quaisquer mudanças nas premissas utilizadas para o cálculo dessas obrigações afetarão o valor contábil na data do balanço.

(d) Valor Justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utiliza também seu julgamento para definir os cenários e valores apresentados na análise de sensibilidade, demonstrada na Nota 5.

Quaisquer alterações nas premissas utilizadas para os cálculos envolvendo o valor justo de instrumentos financeiros poderiam afetar drasticamente a posição patrimonial e financeira da Companhia.

(e) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de incerteza, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por região. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

(f) Reconhecimento de receita e redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas no momento em que os produtos são entregues aos clientes ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado o valor das perdas nas premissas utilizadas para o cálculo dessas obrigações afetarão o valor contábil na data do balanço.

(g) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, plantas e equipamentos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou testes de *impairment*, conforme detalhado na Nota 36.

(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em diversas fases e são constituídas para fazer reivindicações por indenizações e perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos da Companhia é realizada pela área de Governança, Riscos e *Compliance* (GRC), que integra as atividades de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ouvidoria. O objetivo é garantir a sinergia entre as áreas, contribuir com a criação de valor para o negócio e, principalmente, fortalecer a governança da Companhia. Essa gerência reporta-se diretamente à Presidência e responde sobre os seus processos ao Comitê de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento do Conselho de Administração.

A abordagem da gestão de risco da Fibria classifica os riscos inerentes ao negócio nas seguintes categorias:

(a) Risco de mercado - o detalhamento das políticas de gestão de risco de mercado está apresentado a seguir, no tópico 4.2.1 (a).

(b) Risco de crédito - o detalhamento das políticas de gestão de risco de crédito está apresentado a seguir, no tópico 4.2.1 (b).

(c) Risco de *compliance* - essa abordagem refere-se às sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado de qualquer descumprimento legal. Para evitá-lo, a Companhia monitora permanentemente o estrito respeito às leis, normas e regulamentos, bem como à observância de políticas e procedimentos, e a implementação e a funcionalidade dos planos de contingência e a segregação de funções - evitando o conflito de interesses e facilitando a avaliação dos riscos e dos controles internos da Companhia. Essa abordagem inclui a avaliação dos riscos socioambientais, trabalhistas e fiscais. Todo o processo de monitoramento é devidamente documentado e relatado para a alta administração.

(d) Risco operacional - ocorre quando há falta de consistência ou de adequação nos sistemas de informação, no processamento e controle de operações, no gerenciamento de recursos e nos controles internos, ou ainda no caso de fraudes que prejudiquem o exercício das atividades da Companhia. Uma das etapas do processo de gestão de risco operacional da Fibria, desenvolvido de forma matricial, compreende a análise do cálculo de materialidade e dos direcionadores estratégicos para definir controles e ações prioritárias para as contas e processos mais relevantes. A Companhia realiza trimestralmente a validação de sua matriz de riscos e controles na ferramenta referência de mercado *GRC Process Control*, o que facilita a verificação da eficácia do controle, a geração de relatórios e a correção de eventuais desvios nos processos, considerada esta uma estratégia unificada que orienta os gestores, padroniza processos e integra o GRG a cada nível da organização, tendo como produto final um repertório único dos riscos, uma taxonomia única e o maior comprometimento da alta gestão na carta de controles. O trabalho desenvolvido pela Gerência Geral de Governança, Riscos e *Compliance*, que atua juntamente com os gestores do negócio para a busca de conformidade dos controles internos, realiza-se por meio do monitoramento dos processos, sendo fator mitigante da ocorrência de risco operacional pela adequação dos controles à atividade.

(e) Risco de eventos - está relacionado aos eventos originados tanto interna quanto externamente que gerem instabilidade às partes interessadas ou comprometam de alguma forma a reputação e a sustentabilidade da Companhia. Estão nesse caso riscos provocados por movimentos sociais ou sindicais, fechamento de unidades, demissões coletivas, vazamento de informações sigilosas e etc. A Companhia monitora continuamente seus relacionamentos, buscando se antecipar às ocorrências indesejáveis. Existe na Fibria uma frente criada para tratar de todos os riscos estratégicos dos quais a Companhia está exposta. O projeto *Enterprise Risk Management (ERM)* foi iniciado em 2010 e atualmente conta com a análise, avaliação, monitoramento e tratamento de riscos estratégicos. Para aqueles riscos prioritários (níveis elevados de impactos potenciais e probabilidade de ocorrência), várias frentes de ação são conduzidas na Companhia, tendo planos de ação (ações de tratamento) e indicadores (*Key Risk Indicators (KRI)*).

Apresentamos a seguir um detalhamento das políticas de gestão de risco socioambiental e financeiro.

4.1. Gestão de riscos socioambientais

(a) Riscos associados às mudanças climáticas

Há uma exposição a riscos devido às alterações climáticas, que podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas, a produtividade dos plantios e a disponibilidade de água e energia para a indústria. A Companhia adota o princípio da precaução no gerenciamento da operação e suas atividades industriais e florestais, por meio da adoção de medidas de controle e monitoramento da produção, como estudos agrônomicos, melhoramento genético na produção de eucalipto que contempla a adaptação de espécies em diferentes condições climáticas, monitoramento do consumo de água nas áreas florestais, entre outros.

(b) Riscos ambientais

(i) Recursos hídricos - a Fibria monitora permanentemente a situação das microbacias hidrográficas representativas de sua área de atuação, para poder agir contra alterações na quantidade ou na qualidade da água que possam estar relacionadas ao manejo silvicultural adotado pela empresa. A captação de água para abastecimento das fabricas é realizada a partir de outorgas e obedece à legislação ambiental de cada localidade e às licenças de operação das Unidades.

(ii) Proteção florestal - na Fibria, a proteção florestal contra pragas, doenças, plantas daninhas e incêndios baseia-se em uma estratégia de ciclos sucessivos de prevenção, monitoramento e controle. Além dos esforços contínuos na seleção e no plantio de materiais genéticos mais resistentes, a empresa se preocupa com a preservação do equilíbrio ecológico e com a geração de conhecimentos para melhorias no manejo. (iii) Biodiversidade - as atividades florestais da Companhia são licenciadas pelos órgãos competentes e objeto de planejamento socioambiental. São mantidas porções significativas de matas nativas entremeadas com plantios de eucalipto. Nesse contexto, a Fibria busca conservar suas áreas protegidas sob o Patrimônio Natural (PLN), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), por meio de proteção, restauração, manejo e integração com a matriz de plantios florestais, buscando também minimizar as pressões externas e os fatores de degradação que possam estar atuando sobre esses fragmentos.

(iv) Resíduos - a Fibria vem fazendo esforços para utilizar resíduos da fabricação de celulose que são coprocessados e transformados em produtos para aplicação na área florestal e são aproveitados na

correção da acidez dos solos onde são mantidos plantios de eucalipto. Essa prática proporciona ganhos ambientais e econômicos com a redução da disposição dos resíduos em aterros e com a substituição de matéria-prima comprada pelos resíduos reaproveitados nas operações de silvicultura.

(c) Impactos nas comunidades - A Companhia mantém contato com comunidades de diferentes realidades econômicas, sociais e culturais, que são afetadas positiva ou negativamente e em diferentes graus pelo cultivo do eucalipto. Para garantir um bom relacionamento com todas elas, a Companhia elaborou um Plano de Relacionamento com Comunidades, revisado anualmente, em que esses núcleos populacionais vizinhos são classificados conforme a intensidade de relacionamento. O Modelo de Relacionamento é aplicado em 100% das operações florestais, nas etapas de silvicultura e colheita.

(d) Contratação de fornecedores Para se certificar da não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escrava por parte de seus fornecedores, a Fibria exige que eles assinem declarações formais de respeito à essa norma. Outros dois requisitos mandatórios nas contratações são o cumprimento das políticas de meio ambiente e dos critérios de segurança no transporte adotados pela Fibria (Programa Estrada Segura). Todos os contratos firmados com os fornecedores e demais parceiros de negócios são acompanhados do Código de Conduta ou fazem menção ao mesmo, o que reforça a proibição de qualquer prática discriminatória em uso e de acordo com a legislação vigente. A homologação de fornecedores ocorre a cada dois anos.

4.2. Gestão de riscos financeiros

4.2.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de preço e de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Parcela substancial das vendas da Companhia é denominada em dólares norte-americanos e com predominância dos seus custos denominados em reais. Deste modo, há um descalamento natural de moedas entre os custos e as receitas.

O programa de gestão de risco de mercado da Fibria se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. Neste contexto, a utilização de operações de *hedge* são para fins exclusivos de proteção e é pautada nos seguintes termos: (a) proteção do fluxo de caixa contra descasamentos de moedas, (b) proteção do fluxo de receita para pagamento de amortizações e juros das dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas e (c) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco.

A execução das operações para mitigação dos riscos de mercado é realizada pela tesouraria da Fibria, segundo as políticas financeiras aprovadas pelo Conselho de Administração. O controle dos riscos e *compliance* das políticas, por sua vez, é realizado pela Gerência de Governança, Riscos e *Compliance*, que possui independência para apontar eventuais desenquadramentos das políticas, mensurar e analisar os riscos de mercado, reportando diretamente ao presidente da Companhia e ao Comitê de Finanças. A Gerência de Governança, Riscos e *Compliance* faz o acompanhamento criterioso de todas as exposições de risco de mercado e o controle estrito do cumprimento às políticas financeiras vigentes. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova, anualmente, a revisão das políticas financeiras que estabeleçam os princípios e normas para a gestão de risco global, áreas envolvidas nestas atividades, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e alocação dos excedentes de caixa.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

O Conselho de Administração da Fibria aprovou em 29 de janeiro de 2013 a revisão anual da Política de Gestão de Riscos de Mercado. O uso de instrumentos financeiros para *hedge* e aplicação de caixa são pautados por tais políticas. No que diz respeito ao uso de operações de *hedge* para a proteção dos fatores de risco de mercado, a política é, na visão da Administração, conservadora, sendo que toda operação de *hedge* deve estar vinculada a um risco proveniente de um ativo objeto, advindo principalmente de fluxo operacional, preço de *commodities* ou dívida. Deste modo, só são permitidas operações se vinculadas a uma exposição efetiva e não são permitidos instrumentos de proteção que resultem em operações alavancadas.

(a) Risco de mercado

Relacionado às oscilações de preços e taxas como taxas de juros, paridades cambiais e preços de *commodities*. Estas variáveis podem afetar os retornos esperados de um investimento, de uma aplicação financeira, das expectativas de receitas de vendas, dos valores do serviço e da amortização das dívidas contratadas. Neste sentido, foram criados mecanismos de mensuração desses riscos. Foi criada ferramenta interna de mensuração de risco que possibilita o cálculo dos impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Em relação às políticas de riscos em vigor, foi criada pela área de Riscos uma ferramenta de verificação de *compliance*.

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano. A política financeira da Companhia destaca que as operações de *hedge* têm como objetivos diminuir a volatilidade no fluxo de caixa, proteger a exposição cambial e evitar o descasamento entre moedas sob a ótica consolidada.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos indexados ao dólar norte-americano na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	891.046	318.926
Títulos e valores mobiliários (Nota 10)	432.706	
Contas a receber de clientes (Nota 12)	714.142	916.391
	2.037.894	1.235.317
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamentos (Nota 23)	8.542.851	9.230.592
Contas a pagar aos fornecedores	105.194	35.676
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11)	273.079	213.887
	8.921.124	9.480.155
Exposição ativa (passiva)	(6.883.230)	(8.244.838)

A Fibria calcula sua exposição líquida para cada um dos fatores de risco. Quando o fator de risco se refere ao dólar ou ao euro, são determinados limites máximos de *hedge* para até 18 meses, sendo obrigatória a recomendação do Comitê de Finanças para prazos entre 12 e 18 meses.

A exposição da Companhia à moeda estrangeira dá origem a riscos de mercado associados a variações da taxa de câmbio. Os passivos calculados em moeda estrangeira incluem empréstimos captações, principalmente, em dólares norte-americanos. As vendas da Companhia para o exterior são, em sua maioria, em dólares norte-americanos. Os valores das vendas de celulose no Brasil são atrelados ao dólar e recebidos em reais. Deste modo, os passivos da Companhia funcionam como uma proteção natural de parcela da exposição à moeda das receitas de exportação, eliminando parte do descasamento de moeda entre ativo e passivo.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos. Os empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a Fibria ao risco de taxa de juros e de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos com taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A política de gestão de operações de *hedge* para o fator de risco taxas de juros determina que podem ser realizadas operações que tenham prazo e montantes compatíveis com as respectivas dívidas, bem como determina a manutenção mínima de 50% da dívida em taxas prefixadas. A Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros e moedas através de operações de *swap* e de acordo com os limites e condições impostas pela política.

(iii) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço da celulose, produto final da Companhia, que é considerado uma *commodity*. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, estoques dos produtores, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos no mercado.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento do preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções da Companhia, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa *commodity* não existe mercado com liquidez suficiente para mitigar o risco de parte relevante das operações da Fibria. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez, baixo volume e grande distorção na formação do preço.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum tipo operação contratada para proteção do preço da celulose.

(b) Risco de crédito

Relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte de uma operação. Para cada tipo de operação de crédito e para cada tipo de contrato, é feita uma modelagem específica para a averiguação dos riscos, obtenção das exposições e sensibilização dos limites.

Para todas as esferas, a quantificação das exposições e análise dos riscos é alvo de um relatório mensal realizado pela área de Governança, Riscos e *Compliance*. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), *box* de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito (*Letters of Credit (LC)*), seguradoras, clientes (prazo para pagamento), fornecedores (dos adiantamentos para novos projetos), entre outros.

(i) Bancos e instituições financeiras

Para bancos e instituições financeiras (aplicações, conta-corrente e derivativos) foram criadas métricas quantitativas de aferição da exposição de crédito. O valor esperado de exposição *Expected Credit Exposure (ECE)* é de pior exposição esperada *Worst Credit Exposure (WCE)* de todas as exposições de contrapartes financeiras são calculados. Apresentamos os *ratings* dessas instituições na Nota 8.

A Companhia tem como política trabalhar com emissores privados que possuam, um *rating* mínimo, na avaliação de uma das seguintes agências de *rating*: Fitch, Moody's ou Standard&Poors. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "AA-" (ou "Aa3" em escala local - Brasil) ou "A" (ou "Aa2" em escala global). Nenhum emissor privado deverá ter, isoladamente, mais de 20% do caixa total da Companhia ou um valor superior a 10% do último saldo de patrimônio líquido publicado pela contraparte, ou mais de 15% do último saldo de patrimônio líquido da Companhia.

(ii) Clientes e adiantamentos a fornecedores

No caso do risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes e adiantamentos a fornecedores, a Fibria avalia, por meio da Comissão de Crédito, a qualidade do crédito, levando em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados.

Os principais clientes da Fibria são empresas de grande porte, sólidas e, em grande parte, com mais de 20 anos de relacionamento, minimizando o risco de crédito.

São realizadas análises de crédito frequentes dos clientes e quando considerado necessário, são obtidas cartas de crédito ou cobertura de seguro de crédito para proteger os interesses da Companhia. A maior parte das vendas por exportação para Europa e Ásia está protegida por cartas de crédito ou seguro de crédito junto à *Compagnie Française d' Assurance pour le Commerce Extérieur (COFACE)*.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes, baseado em informações históricas, e é incluída nas despesas de vendas (Nota 12).

(c) Risco de liquidez

Com relação ao risco de liquidez, a Fibria tem como política manter em caixa e aplicações financeiras um valor correspondente aos desembolsos operacionais que atendam ao ciclo de conversão de caixa e desembolsos financeiros (amortização e serviços da dívida) de 12 meses.

As aplicações financeiras possuem, predominantemente, liquidez imediata, sendo permitida pela política financeira uma pequena parcela de aplicações com liquidez em até 365 dias.

Todos os derivativos contratados foram efetuados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	830.473	1.884.253	2.568.481	897.371
Instrumentos financeiros derivativos	44.853	50.739	246.710	117.785
Fornecedores e outras obrigações	499.539	31.984		
	1.374.865	1.966.986	2.815.191	1.015.156
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	974.243	1.811.171	2.353.712	1.902.560
Instrumentos financeiros derivativos	134.886	6.321	104.913	16.099
Fornecedores e outras obrigações	455.471	32.086		
	1.564.600	1.849.578	2.458.625	1.918.659

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.739.139	2.881.125	4.163.566	5.878.870
Instrumentos financeiros derivativos	44.853	50.739	246.710	117.785
Fornecedores e outras obrigações	564.172	54.234	14.516	31.452
	2.348.164	2.986.098	4.424.792	6.028.107
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	1.636.835	2.723.403	3.919.605	7.916.925
Instrumentos financeiros derivativos	134.886	6.321	104.913	16.099
Fornecedores e outras obrigações	516.061	47.197	14.516	35.081
	2.287.582	2.776.921	4.039.034	7.968.105

4.2.2. Gestão de capital

A administração monitora o endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado (dívida líquida dividida pelo lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização ajustado - "LAJIDA ajustado").



continuação

FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

	Curva de desconto (*)	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Contatos no mercado secundário					
Em moeda estrangeira					
Bonds - VOTO IV			501.430	418.757	
Bonds - VOTO III		126.676		126.676	
Bonds - Fibria Overseas			4.928.110	4.852.233	
Estimados ao valor presente					
Em moeda estrangeira					
Créditos de exportação (crédito-pagamento)	LIBOR USD	2.365.513	2.585.767	2.937.262	3.057.792
Créditos de exportação (ACC/ACE)	DDI	485.279	520.162	661.363	618.796
Leasing	LIBOR USD		9.041		14.942
Crédito de exportação (Finvera) ...	LIBOR USD			262.511	287.359
EIB Europe Inv. Bank	LIBOR USD				781
Em moeda nacional					
BNDES - TJLP	DI 1	1.407.218	1.293.229	1.469.549	1.444.994
Crédito de moedas	DI 1	225.270	178.603	284.602	238.096
FINEP	DI 1	2.487	1.886	2.487	1.886
FINAME	DI 1	9.933	9.013	14.450	9.013
NCE em reais	DI 1	706.210	586.440	726.727	627.590
Fundo Centro-Oeste	DI 1			56.960	63.070
		5.201.910	5.310.817	11.825.451	11.761.985

(*) Curva de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos empréstimos.

6.2. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados e reconhecidos ao valor justo, conforme detalhado na Nota 11. Esses instrumentos foram classificados em sua totalidade no Nível 2 de mensuração.

A Fibria apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores marcados a mercado (MM), que representam o valor estimado para uma eventual liquidação antecipada. Uma divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, spreads, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores calculados pela Companhia são também comparados e validados internamente com os valores de MTMs referenciais das contrapartes (bancos) e com cálculos de uma consultoria externa especializada.

A administração acredita que os valores obtidos para tais contratos, de acordo com os métodos descritos a seguir, representam, da maneira mais fidedigna, seus valores justos.

Os métodos de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela Fibria para as operações de proteção pautaram-se pela utilização de procedimentos comumente utilizados no mercado e concordantes com embasamentos teóricos amplamente aceitos.

Toda a metodologia de cálculo de marcação a mercado e contabilização adotados pela Companhia está descrita em manual específico desenvolvido pela Gerência de Riscos e Compliance.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

A - Fibria apura o valor justo dos contratos derivativos e reconhece que tais valores podem ser diferentes dos valores marcados a mercado (MM), que representam o valor estimado para uma eventual liquidação antecipada. Uma divergência no valor pode ocorrer por condições de liquidez, spreads, interesse da contraparte na liquidação antecipada, dentre outros aspectos. Os valores calculados pela Companhia são também comparados e validados internamente com os valores de MTMs referenciais das contrapartes (bancos) e com cálculos de uma consultoria externa especializada.

B - Médio risco - cliente com solidez financeira, sem restrições de mercado e sem histórico de inadimplência e com longo prazo de relacionamento, ou coberto por seguro de crédito.

C - Médio/alto risco - cliente com solidez financeira razoável, moderadas restrições de mercado e histórico de inadimplência.

D - Alto risco de falência - cliente com baixa solidez financeira, moderadas a significativas restrições de mercado e histórico insatisfatório de pagamento junto a Fibria e provisionado na deterioração de créditos de contas a receber.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito a provisão para deterioração.

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de **rating** das principais instituições financeiras contrapartes da Companhia durante o exercício:

Contraparte	Rating considerado	Agência de Rating
Banco ABC Brasil S.A.	AA-br	Fitch
Banco Alfa de Investimento S.A.	AA-br	Fitch
Banco Bradesco S.A.	AAA-br	S&P
Banco BTG Pactual S.A.	AAA-br	Fitch
Banco do Brasil S.A.	AAA-br	Moody's
Banco Itaú BBA	AAA-br	Fitch
Banco Safra S.A.	AAA-br	Fitch
Banco Santander Brasil S.A.	AAA-br	Moody's
Banco Standard de Investimento	AAA-br	Fitch
Banco Volkswagen S.A.	AAA-br	S&P
Banco Votorantim S.A.	AA-br	Fitch
BES Brasil	AA-br	Moody's
BNP Paribas Brasil	AAA-br	S&P
Caixa Econômica Federal	AAA-br	Fitch
Citibank Brasil	AAA-br	S&P
Deutsche Bank S.A.	AAA-br	Fitch
HSBC Brasil	AAA-br	Moody's
Bank of America Corp	BBB+	Fitch
Bank of Austria	A	Fitch
Barclays PLC	A	Fitch
Credit Suisse AG	A	Fitch
Goldman Sachs Group Inc/The	A-	S&P
JPMorgan Chase Bank NA	A+	S&P
Morgan Stanley	A-	S&P
Standard Chartered PLC	A	Moody's
UBS AG	A	Fitch
WestLB AG	BBB	S&P

A classificação de **ratings** foi padronizada, sendo, por exemplo, AA+ equivalente a Aa1, com os **ratings** nacionais na forma "AAA br" e os globais na forma de "AAA". A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

A - Baixo risco - cliente com alta solidez financeira, sem restrições de mercado, sem histórico de inadimplência e com longo prazo de relacionamento, ou coberto por seguro de crédito.

B - Médio risco - cliente com solidez financeira, sem restrições de mercado e sem histórico de inadimplência.

C - Médio/alto risco - cliente com solidez financeira razoável, moderadas restrições de mercado e histórico de inadimplência.

D - Alto risco de falência - cliente com baixa solidez financeira, moderadas a significativas restrições de mercado e histórico insatisfatório de pagamento junto a Fibria e provisionado na deterioração de créditos de contas a receber.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou sujeito a provisão para deterioração.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média de remuneração das aplicações - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		2012	2011	2012	2011
Caixa e bancos		5.355	24.755	52.810	62.989
Equivalentes de caixa					
Em moeda estrangeira	0,29			891.046	318.926
Depósito a prazo fixo				565.329	943.856
Caixa e equivalentes de caixa		5.355	24.755	943.856	381.915

As aplicações financeiras em depósitos de prazo fixo possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor justo caso seja requerido resgate antecipado.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos para negociação, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em moeda nacional				
Títulos públicos				
LFT	268.984	208.602	268.984	208.602
LTN Over	111.907	149.730	111.907	149.730
NTN Over	186.374		186.374	
Outros públicos		4.666		4.666
Títulos privados				
Commissadas	480.260	1.006.179	766.281	1.282.236
CDB Pos.	565.329	31.750	584.734	31.750
CDB Box		942		942
Títulos de capitalização	1.000		1.000	
Em moeda estrangeira				
Títulos privados				
Time deposits			432.706	
Títulos e valores mobiliários	1.613.854	1.401.869	2.351.986	1.677.926

As aplicações financeiras em títulos privados estão substancialmente representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de compra e venda de CDBs e possuem, em sua maioria, liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os títulos públicos estão representados por letras e notas emitidas pelo Tesouro Nacional. O rendimento médio da carteira em 2012 foi de 102,66% do CDI (102,47% do CDI em 2011).

As aplicações em moeda estrangeira correspondem a **Time Deposits** de prazo superior a 90 dias.

As operações de aplicações financeiras em **box** (CDB Box) são enquadradas como uma aplicação de renda fixa, com rendimento atrelado ao CDI, não existindo risco de variação cambial à Companhia.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nas tabelas a seguir são apresentados os derivativos contratados pela Fibria, segregados por tipo de contrato, abertos por ponta ativa e passiva das operações (para contratos de **swap**, aqueles que possuem ponta ativa e passiva), pelas estratégias de proteção adotada pela Companhia e por cronograma de desembolso dos contratos. A totalidade das operações foi contratada pela controladora, portanto essas informações contábeis são as mesmas para as informações contábeis consolidadas.

(a) Descrição por tipo de contrato

Tipo do derivativo	Valor de referência (nacional) em US\$		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
NDF (US\$) - venda	170.000	921.900	(26.432)	(134.206)
Swap JPY x USD (JPY)		45.000		27.804
Swap DI x USD (US\$)	306.226	233.550	(78.345)	11.373
Swap LIBOR x Fixed (US\$)	564.012	227.891	(8.145)	(10.655)
Swap TJLP x USD (US\$)	349.860	416.478	(148.123)	(92.165)
Swap Pré x USD (US\$)	97.737	41.725	(13.205)	(9.084)
Zero Cost Collar	410.000	162.000	1.171	(6.954)
			(273.079)	(213.887)

Classificados	Valor de referência (nacional) - na moeda de origem		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
No ativo circulante			18.344	31.638
No ativo não circulante			26.475	43.446
No passivo circulante			(54.252)	(163.534)
No passivo não circulante			(263.646)	(125.437)
			(273.079)	(213.887)

(b) Contratos abertos por ponta ativa e passiva e tipo de contrato

Tipo de contrato	Valor de referência (nacional) - na moeda de origem		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Contratos futuros				
Hedge de fluxo de caixa (US\$)	170.000	921.900	(26.432)	(134.206)
Contratos de swap				
Posição ativa		4.754.615		136.077
lene fixa (iene para dólar)		227.891	1.153.420	427.843
Dólar Fixo (LIBOR para Fixed)		551.195	399.370	706.349
Real CDI (real CDI para dólar)		569.708	679.784	572.177
Real TJLP (real TJLP para dólar)		183.427	66.648	170.934
Real Pré (real pré para dólar)				64.391
Posição passiva		45.000		(108.273)
Dólar Fixo (iene para dólar)		564.012	227.891	(1.161.565)
Dólar Fixo (LIBOR para Fixed)		306.226	233.550	(784.694)
Dólar Fixo (real CDI para dólar)		349.861	416.478	(720.300)
Dólar Fixo (real TJLP para dólar)		97.737	41.725	(184.139)
Dólar Fixo (real pré para dólar)				(73.475)
Total contratos de swap			(247.818)	(72.727)
Zero Cost Collar	410.000	162.000	1.171	(6.954)
			(273.079)	(213.887)

(c) Valores justos e liquidados por estratégia de proteção

Tipo do derivativo	Valor justo		Valores (pagos) ou recebidos	
	2012	2011	2012	2011
Hedge cambial				
Hedge de fluxo de exportação	(25.261)	(141.160)	(151.109)	135.718
Hedge de dívida	(209.673)	(62.072)	33.484	21.019
Hedge da venda de ativos				61.045
Hedge de taxa de juros				
Hedge de dívida	(8.145)	(10.655)	(8.743)	(6.081)
	(273.079)	(213.887)	(126.368)	89.611

(d) Valores justos por cronograma de vencimentos e contraparte

Apresentamos a seguir o detalhamento das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos agrupados por faixa de vencimento, contraparte, valores de vencimento de principal e valores justos. Os valores justos dos contratos de **swap**, quando pertinente, foram abertos conforme cronograma de amortização e pagamento de juros.

A seguir é apresentado a concentração mensal dos valores justos por vencimentos:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2012	Total
Janfev	(11.875)	(2.652)	(4.065)	(4.067)	(3.311)				(25.970)	
Fevfev	(10.120)	(3.188)	(4.586)	(3.882)	(2.976)	1.651	1.096	292	(21.713)	
Março	(2.092)	(1.856)	(2.784)	(2.403)	(2.238)	(80)			(11.453)	
Abril	(3.195)	(3.095)	(4.511)	(3.932)	(3.420)	15			(18.138)	
Maio	(1.873)	(3.590)	(4.915)	(3.952)	(2.987)	628	279		(16.410)	
Junho	93	(3.578)	(5.154)	(4.499)	(3.674)	(116)			(16.928)	
Julho	(1.058)	(3.453)	(3.852)	(3.077)	(1.683)				(13.123)	
Agosto	(1.965)	(3.993)	(4.176)	(2.969)	(1.231)	(9.170)	(11.040)	(12.195)	(46.739)	
Setembro	770	(2.111)	(7.304)	(6.637)	(27.668)	(15.716)			(58.666)	
Outubro	(1.459)	(3.791)	(3.980)	(3.202)	(1.722)				(14.154)	
Novembro	(1.813)	(4.189)	(4.228)	(3.051)	(1.288)	500			(14.069)	
Dezembro	(1.320)	(4.546)	(4.465)	(3.567)	(1.818)				(15.716)	
	(35.907)	(40.042)	(54.020)	(45.238)	(54.016)	(22.288)	(9.665)	(11.903)	(273.079)	

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2011	Total
Janfev	(23.146)	(447)	25.680	(3.000)	(2.820)	(2.483)				(6.216)	
Fevfev	(16.878)	(540)	(2.049)	(2.966)	(2.879)	(2.475)				(27.787)	
Março	(11.919)	1.045	(1.874)	(2.951)	(2.980)	(2.415)	86			(21.008)	
Abril	(17.225)	(355)	(2.756)	(3.228)	(2.933)	(2.764)				(29.261)	
Maio	(13.148)	(565)	(2.571)	(3.262)	(2.932)	(2.782)				(25.260)	
Junho	(1.991)	1.414	(2.208)	(3.055)	(2.908)	(2.675)	104			(11.319)	
Julho	(18.880)	(1.520)	(2.796)	(2.658)	(2.548)	(1.289)				(29.691)	
Agosto	(18.824)	(1.396)	(2.662)	(2.695)							



FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A realização dos créditos, relativos aos impostos a recuperar ocorrerá até o final de 2017, de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela administração, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Montante	Percentual
Nos próximos 12 meses.....	209.462	28
Em 2014	189.842	25
Em 2015	131.023	17
Em 2016	197.455	26
Em 2017	26.206	4
	753.988	100
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado (*)	113.304	
Total dos impostos a recuperar	867.292	

(*) Os créditos de PIS e COFINS remanescentes sobre o ativo imobilizado não foram incluídos na projeção, pois se tornarão disponíveis ao longo da vida útil dos ativos.

As movimentações na provisão para impairment de impostos a recuperar da Companhia são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	(507.573)	(481.527)
Provisão para impairment de créditos gerados no período	(71.530)	(46.941)
Reversão da provisão por recuperação do ativo	20.895	
Em 31 de dezembro	(579.103)	(507.573)

A constituição e a reversão da provisão para impostos a recuperar foram registradas no resultado do exercício como "Custo dos produtos vendidos".

15. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A Companhia e suas controladas sediadas no Brasil utilizam a sistemática do lucro real. As controladas sediadas no exterior utilizam sistematicamente de apuração dos tributos sobre o lucro e calcularam e registraram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

(a) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais e de diferenças temporárias referentes (i) ao efeito da variação cambial apurada (sistemática de apuração do imposto de renda e contribuição social pelo regime de caixa - efeitos cambiais); (ii) ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (iii) provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização; (iv) investimentos na atividade rural e (v) diferenças temporárias surgidas na aplicação dos CPCs.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.....	203.642	208.442	587.211	521.693
Provisão para contingências.....	29.897	24.865	65.578	30.506
Provisões (impairment, operacionais e perdas diversas).....	366.201	327.541	401.113	383.395
Diferimento do resultado nos contratos de derivativos reconhecidas para fins fiscais com base caixa.....	92.847	72.537	92.847	72.537
Variação cambial - tributação pelo regime de caixa (MP nº 1.858-10/99 artigo 30).....	409.506	5.833	470.825	73.412
Amortização fiscal do ágio	113.178	110.936	113.178	110.936
Provisão para perda de créditos tributários no exterior (*)			(238.201)	(200.711)
Depreciação incentivada.....			(11.391)	(14.986)
Custos com reflorestamento já deduzido para fins fiscais.....	(18.293)	(40.631)	(299.632)	(284.020)
Valor justo dos ativos biológicos	(96.321)	(106.090)	(239.094)	(214.952)
Efeito da combinação de negócios na aquisição da Aracruz.....	(31.998)	(45.212)	(31.998)	(45.212)
Aproveitamento fiscal do ágio não amortizado contabilmente.....	(268.376)	(178.917)	(268.376)	(178.917)
Outras provisões.....	(1.791)	(1.791)	(1.791)	(1.791)
Total dos impostos diferidos, líquido.....	798.492	377.513	640.269	251.890
Imposto diferido ativo.....	798.492	750.154	868.192	991.768
Imposto diferido passivo.....		372.641	227.923	739.878

(*) Reconhecimento de provisão para perda no exercício, conforme detalhado no item (e) a seguir.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social (líquida da provisão para perdas de créditos tributários no exterior, no valor de R\$ 238.201) e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Consolidado	
	Montante	Percentual
Nos próximos 12 meses.....	202.703	13
Em 2014	82.814	5
Em 2015	162.232	11
Em 2016	142.736	10
Em 2017	146.740	10
Entre 2018 a 2019	370.458	25
Entre 2020 a 2022	384.868	26
	1.492.551	100

Nos próximos 12 meses, esperamos realizar o montante de R\$ 157.897 relativos aos impostos diferidos passivos.

As movimentações na provisão para impairment de créditos tributários no exterior da Companhia são as seguintes:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	(200.711)	
Provisão.....		(200.711)
Variação cambial	(37.490)	
Em 31 de dezembro	(238.201)	(200.711)

A movimentação do saldo líquido das contas de imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Em 1º de janeiro	377.513	39.274	251.890	109.665
Prejuízos fiscais e base negativa.....	(4.800)	(188.098)	28.558	(180.634)
Provisão para perda de créditos tributários no exterior			(37.490)	(200.711)
Diferenças temporárias relacionadas a provisões operacionais.....	43.692	(73.883)	52.790	(66.241)
Diferimento de resultados de instrumentos financeiros derivativos.....	20.310	117.709	20.310	117.709
Amortização de ágio	(87.217)	(78.007)	(87.217)	(78.114)
Custos com reflorestamento	22.338		(12.018)	(89.056)
Diferimento de variação cambial não realizada.....	403.673	495.547	434.373	539.069
Ativos biológicos	9.769	47.089	(24.141)	82.321
Outros	13.214	17.882	13.214	17.882
Em 31 de dezembro	798.492	377.513	640.269	251.890

(b) Reconciliação da despesa de IR e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Prejuízo antes do IR e da CSLL.....	(1.059.068)	(1.694.395)	(989.730)	(1.491.012)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%.....	360.083	576.094	336.508	506.944
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva.....				
Efeito da equivalência patrimonial.....	23.547	39.959	(201)	(141)
Custo de transação na emissão de ações.....	(6.063)		(6.063)	
Provisão para impairment de créditos tributários no exterior (*)				(200.711)
Tributação de lucro das subsidiárias no exterior no Brasil.....	(5.420)			
Diferença de tributação nas subsidiárias no exterior.....			(17.040)	111.086
Ajuste a valor presente - aquisição de ações Aracruz.....		(13.156)		(13.156)
Outras diferenças permanentes, principalmente provisões não dedutíveis.....	(17.785)	(21.779)	(21.444)	(21.779)
Imposto de renda e contribuição social do período.....	354.362	581.118	291.760	382.243
Taxa efetiva - %	33,5	34,3	29,5	25,6

(*) Reconhecimento de provisão para perda no exercício, conforme detalhado no item (e) a seguir.

(c) Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

(d) Tributos sobre o lucro originados em combinações de negócios

A Companhia possui diferença temporária tributável associada ao deságio na troca de ativos com a International Paper, cujo passivo fiscal diferido, no valor de R\$ 605.540, não foi reconhecido, uma vez que todos os aspectos relativos à realização destes ganhos estão sob controle da administração, que não possui planos para a sua realização.

O saldo do ágio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura gerado na aquisição da Aracruz a ser amortizado fiscalmente é de R\$ 1.622.534, que representa um crédito tributário de IR e CSLL no montante de R\$ 551.661, a ser apropriado em 74 meses.

(e) Provisão para perda de créditos tributários

Conforme mencionado na Nota 1 (f), em função da controlada Fibria Trading International Kft. possuir saldo de prejuízos fiscais registrados em sua apuração fiscal, equivalente ao crédito tributário de US\$ 133.550 mil, que representa R\$ 272.910 em 31 de dezembro de 2012, e não ser possível a utilização integral desse saldo por conta da transferência das operações para outro país mediante certas condições, a administração realizou um estudo técnico para avaliar a capacidade de recuperação desse crédito tributário, mediante a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros até 31 de dezembro de 2014. Desta forma, a Companhia registrou uma provisão para perda de parcela substancial do crédito tributário registrado naquela controlada, no montante de US\$ 116.565 mil, equivalente a R\$ 238.201 em 31 de dezembro de 2012 (US\$ 107.000 mil, equivalentes a R\$ 200.711 em 31 de dezembro de 2011), registrado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social - diferidos".

16. TRANSAÇÕES E SALDOS RELEVANTES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sociedades relacionadas

A Companhia é controlada através do Acordo de Acionistas celebrado entre a Votorantim Industrial S.A. ("VID"), que detém 29,42% das suas ações, e o BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que detém 30,38% das suas ações. As operações comerciais e financeiras da Companhia com suas subsidiárias, controladas, empresas do Grupo Votorantim e outras partes relacionadas são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas, e seus saldos estão a seguir enumerados:

(i) Nos ativos e passivos

Natureza	2012	2011
Transações com acionistas controladores		
Votorantim Industrial S.A.....		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....		
Transações com empresas controladas, controladas em conjunto		
Fibria - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.....		
Fibria - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.....		
Portocel - Porto Especializado Barra do Riacho.....		
Fibria Trading International.....		
VOTO IV.....		
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.....		
Bahia Produtos de Madeira S.A.....		
Empresas pertencentes ao Grupo econômico Votorantim		
VOTO III.....		
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia.....		
Banco Votorantim S.A.....		
Votorantim Cimentos S.A.....		
Votorantim Cimentos S.A.....		
Votorantim Metais Ltda.....		
Votorantim Metais Ltda.....		
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.....		
Subtotal líquido.....		

Classificadas nas seguintes rubricas

Nos ativos	2012	2011
Títulos e valores mobiliários (Nota 10).....	167.739	175.209
Contas a receber de clientes (Nota 12).....	1.188.016	780.385
Partes relacionadas - não circulante	113	2.389
Demais ativos - circulante	31.362	31.362
Nos passivos		
Empréstimos e financiamentos (Nota 23).....	(1.641.809)	(1.671.645)
Fornecedores.....	(3.556)	(151)
Partes relacionadas - circulante	(499.225)	(981.467)
Partes relacionadas - não circulante	(5.575.731)	(5.547.501)
	(6.333.091)	(7.242.781)

(ii) No resultado do exercício

Natureza	2012	2011
Transações com acionistas controladores Votorantim Industrial S.A.....	(10.511)	(10.355)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	(139.755)	(143.379)
	(150.266)	(153.734)
Transações com empresas controladas e controladas em conjunto		
Fibria - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.....	47.096	60.694
Portocel - Porto Especializado Barra do Riacho.....	(31.691)	(22.412)
Fibria Trading International.....	3.732.398	3.344.812
Fibria Trading International.....		
intercompanhia.....		
VOTO IV.....	(757.129)	(902.806)
Bahia Produtos de Madeira S.A.....	9.614	69.496
	3.069.784	2.428.340
Empresas pertencentes ao Grupo econômico Votorantim		
VOTO III.....	7.994	22.524
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia.....	(17.919)	(30.172)
Banco Votorantim S.A.....	14.205	20.592
Votorantim Cimentos S.A.....	(396)	(1.091)
Votorantim Cimentos S.A.....	31.362	31.362
Votorantim Metais Ltda.....	(1.506)	(5.117)
Votorantim Metais Ltda.....	(9.709)	(7.067)
Companhia Brasileira de Alumínio - CBA.....	(394)	(401)
	23.637	(732)

(iii) Comentários sobre as principais transações e contratos com partes relacionadas

A seguir apresentamos um resumo da natureza e condições das transações realizadas com as seguintes partes relacionadas:

• Empresas que controlam a Companhia mediante acordo de acionistas

A Companhia possui contratos celebrados com a VID relativos às prestações de serviços do Centro de Soluções Compartilhadas (CSC), cujo objetivo é a terceirização de serviços operacionais de atividades administrativas, departamento de Pessoal, back office, contabilidade, tributos e compartilhamento da infraestrutura de tecnologia da informação entre as empresas do Grupo Votorantim, para o qual existe um acordo técnico de nível de serviços. Os contratos preveem uma remuneração global anual de R\$ 9.767 e possuem prazo de um ano, com renovação anual mediante confirmação formal das partes.

Adicionalmente, a VID contrata diversos serviços relativos a assessorias técnicas, treinamentos, compreendendo a preparação e realização de programas de capacitação e desenvolvimento gerencial, bem como a locação de equipamentos e espaço para a realização destes programas. Estes serviços são contratados em favor de todo o Grupo Votorantim, de forma que a Fibria faz o reembolso destas despesas, proporcionalmente à utilização da Companhia destes serviços.

A Companhia possui contratos de financiamentos celebrados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), acionista controlador do BNDESPAR, com a finalidade de financiamento de investimentos em infraestrutura, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como a ampliação e modernização de ativos fixos. O detalhamento dos saldos, condições contratuais de rescisão e garantias estão descritos na Nota 23(e).

A administração entende que estas transações foram celebradas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes baseada em levantamentos técnicos realizados quando da contratação destas operações.

• Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

A Companhia compartilha sua estrutura administrativa com sua controlada Fibria MS e mensalmente efetua o rateio destas despesas administrativas contra esta controlada, sobre o qual não há inclusão de qualquer margem de lucro. Estas operações possuem prazo médio de recebimento de 90 dias. As demais controladas com operação, Portocel e Veracel, possuem corpo administrativo e não é necessário o rateio destas despesas. Houve também, em junho de 2010 e maio de 2011, compra de certos recebíveis intercompanhia desta controlada no valor de R\$ 239.123 com a finalidade de vincular embarques de exportação, os quais foram totalmente liquidados em 2012.

A Companhia realiza o escoamento de sua produção da Unidade Aracruz mediante a contratação de serviços portuários com sua controlada Portocel. Este porto é controlado pela Companhia e tem como sócia a Centbra - Celulose Nipo-Brasileira, que detém participação de 49%. Os preços e condições das transações realizadas são idênticos para os dois acionistas, mediante acordo entre as partes.

A Companhia mantém saldo de contas a receber relativo à venda de celulose realizados para a controlada Fibria Trading International Kft., que é responsável pela administração, comercialização, operacionalização, logística, controle e contabilização dos produtos na Europa, Ásia e América do Norte. Os preços e prazos de venda de celulose para esta controlada seguem um planejamento estratégico e financeiro da Companhia e respeitam os limites fiscais de preço de transferência.

Adicionalmente, a Companhia contratou operações financeiras de pré-pagamento de exportação intercompanhia com esta controlada, indexado a taxa de mercado LIBOR 3M e spread médio de 4,1% a.a., com pagamento de principal e juros trimestralmente e vencimento em 2018.

Em 24 de junho de 2005, a Companhia contratou empréstimos com sua controlada em conjunto VOTO IV, no montante de US\$ 200.000 mil, remunerada a taxa de 8,5% a.a. e vencimento em 2020.

A Companhia possui saldos a pagar com a Asapir, referentes à transferência de numerários realizadas com o intuito da adequação do capital social dessa controlada em conjunto para os níveis necessários de suas atividades operacionais.

A Companhia possui contas a receber com a Bahia Produtos de Madeira S.A., no montante de R\$ 9.614 referente venda de madeira para serraria com vencimento em 2019 podendo o mesmo ser renovado por mais 15 anos.

• Empresas pertencentes ao Grupo Econômico Votorantim

Em 16 de janeiro de 2004, a Companhia contratou empréstimos com sua subsidiária integral da Votorantim Participações S.A. ("VPAR"), a VOTO III no montante de US\$ 45.000 mil, remunerada a taxa de 4,25% a.a. Em dezembro de 2012, a Companhia liquidou antecipadamente 100% da operação junto ao credor.

A Companhia possui contrato de compra e venda de energia elétrica com a Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (Votener), para atendimento de sua unidade consumidora de Jacarei. O valor total contratado totaliza aproximadamente R\$ 15.000, garantindo 115.704 megawatts/hora e possui prazo de duração de cinco anos, encerrando em 31 de dezembro de 2014. Em caso de rescisão contratual, a parte solicitante ficará obrigada a liquidar 50% do saldo remanescente do contrato.

Adicionalmente, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia com a Votener com prazo até 31 de dezembro de 2014, para atendimento das unidades Aracruz e Três Lagoas. Tendo em vista que essas unidades são geradoras de energia elétrica, o contrato foi firmado com o objetivo de maximizar a competitividade da matriz energética, uma vez que excedentes poderão ser vendidos e eventuais necessidades são garantidas a preço de mercado. O valor total contratado pode variar em função das necessidades e excedentes auferidos pelas unidades.

(a) Investimentos em controladas, controladas em conjuntos e coligadas

Controladora	Informações das controladas			2012		2011	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual	No patrimônio líquido	No resultado do período	No patrimônio líquido	No resultado do período
Controladas e controladas em conjunto							
No Brasil							
Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.....	4.771.450	66.483	100	4.771.450	66.483	4.704.966	(82.235)
Veracel Celulose S.A.....	2.909.269	47.855	50	1.454.636	23.928	1.432.897	(17.402)
Normus Empreendimentos e Participações Ltda.....	1.165.377	(16.896)	100	1.165.377	(16.896)	1.182.273	118.139
Portocel - Terminal Especializado Barra do Riacho S.A.....	75.937	13.747	51	38.728	7.011	29.999	4.694



continuação

FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Informações sobre as empresas controladas

Conforme requerimentos de divulgação de informações sobre empresas controladas e coligadas, apresentamos a seguir, um resumo das seguintes informações financeiras selecionadas de nossas controladas em 31 de dezembro de 2012:

	Ativos totais	Passivos totais	Receitas líquidas
Controladas			
Fibra-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.....	6.458.163	1.686.714	1.269.099
Veracel Celulose S.A.....	3.738.412	441.484	988.442
Normus Empreendimentos e Participações Ltda.....	1.165.377		
Fibra Trading International KFT.....	9.064.629	6.881.465	5.386.272
PortoCel - Terminal Especializado Barra do Riacho S.A.....	132.770	56.833	97.872
Asapir Produção Florestal e Comércio Ltda.....	44.270	7.468	
Fibra Celulose (USA) Inc.....	358.349	312.223	1.581.021
Votorantim Overseas Trading Operations Limited IV.....	835.916	778.494	
Fibra Overseas Financial Ltd.....	4.257.503	4.252.229	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.....	5.444	2.339	
Fibra Terminais Portuários S.A.....	372	3	

(c) Movimentação dos investimentos

	2012	2011
No início do período.....	8.810.543	8.752.893
Equivalência patrimonial.....	69.255	117.525
Aporte de capital em dinheiro (ii).....	160	522.206
Aporte de capital em bens (i).....	2.298	412.825
Dividendos revertidos (recebidos).....	(580)	(2.283)
Baixa de investimento por alienação - Piracicaba		(409.732)
Amortização de mais-valia de controladas e passivos incorporados de controladas.....	(63.461)	(23.196)
Incorporação do ativo líquido - Mucuri Agroflorestal S.A.		(76.174)
Custo histórico (Nota 1(e)).....		(478.925)
Mais valia de ativos (Nota 1(e)).....		
Aquisição de participação - Ensyn Corporation (Nota 1(h)).....	40.674	
Impairment de investimentos.....	(6.913)	
Outros.....	(9)	(4.596)
	8.851.967	8.810.543

(i) O aporte de capital em bens em 2011 decorre da criação da controlada Piracicaba Indústria de Papéis e Participações Ltda., mediante a cisão dos ativos desta unidade na Fibria, conforme mencionado na Nota 1(d).

(ii) O aporte de capital em 2011 refere-se aos valores enviados para a controlada Newark Financial Inc. para a regularização de passivos intercompanhia.

(d) Outros investimentos

A Companhia possui participação de 6% no capital da Ensyn representado por ações. A Administração realizou avaliação dos direitos relativos às ações detidas e concluiu que não possui influência significativa na gestão dessa investida, portanto essa participação acionária não se qualifica como investimento em coligada. Não houve movimentação significativa no valor justo da participação da Companhia na Ensyn entre a data do investimento (outubro de 2012 conforme Nota 1 (h)) e 31 de dezembro de 2012 e por essa razão o saldo em 31 de dezembro de 2012 registrado é equivalente ao custo do investimento.

18. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de celulose. As florestas em formação encontram-se localizadas nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Bahia.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do período.....	1.970.870	2.376.015	3.264.210	3.550.366
Adições (manejo e compra de madeira em pé).....	505.215	476.995	765.531	761.502
Exaustão.....	(412.255)	(436.491)	(502.691)	(569.813)
Custo histórico.....	(202.321)	(211.140)	(365.726)	(405.617)
Variação de valor justo.....	55.703	(19.509)	297.686	125.053
Baixa.....	(125.650)		(129.745)	
Reclassificação para ativos mantidos para a venda				
Losango.....		(241.595)		(241.595)
Transferências.....	142	26.595	6.399	44.044
	1.791.704	1.970.870	3.325.604	3.264.210

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo *Discounted Cash Flow* (DCF), cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio (cultura de eucalipto) para um ciclo de corte de seis a sete anos.

O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade das áreas objeto de avaliação. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média por m² de madeira de cada plantação por hectare na idade de corte. A produtividade média varia em função do material genético, condições edafoclimáticas (clima e solo) e dos tratamentos silviculturais. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região.

O preço líquido médio de venda considerado foi projetado com base no preço estimado para eucalipto no mercado local, em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé" por região. O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de matocampes, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado e terras próprias, considerando uma taxa média de remuneração para estes ativos.

Considerando que o modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro, a taxa de desconto utilizada também considera os benefícios tributários.

Na tabela a seguir apresentamos as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	2012	2011
Área de efetivo plantio (hectare).....	446.168	551.959
Incremento médio anual (IMA) - m ³ /hectare.....	41	41
Preço líquido médio de venda - reais/m ³	53,86	50,70
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %.....	5,6	5,6
Taxa de desconto - %.....	6,5	7,9

A variação positiva do valor justo dos ativos biológicos nos períodos apresentados é justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$ 297.686.

	Consolidado	
	2012	2011
Valor justo da renovação de florestas no período.....	144.729	152.405
Crescimento de plantios existentes (IMA, área e idade).....	9.197	(95.143)
Variação de preço e taxa de desconto.....	143.760	67.791
	297.686	125.053

As avaliações dos valores justos dos ativos biológicos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram realizadas pela administração, com o suporte de consultores especializados. Conforme detalhado nas Notas 35 e 1(d), a Companhia reclassificou os ativos florestais localizados no sul da Bahia para ativos mantidos para a venda.

A Companhia não possui ativos biológicos dados em garantia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

19. IMOBILIZADO

(a) Controladora

	Taxa média anual de depreciação - %		2012	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos.....	1.322.056		1.322.056	
Imóveis.....	4	1.834.594	(940.178)	894.416
Máquinas, equipamentos e instalações.....	5,5	8.076.084	(4.422.435)	3.653.649
Adiantamentos a fornecedores.....		207.998		207.998
Obras em andamento.....		144.910		144.910
Outros.....		186.722	(161.974)	24.748
		11.772.364	(5.524.587)	6.247.777

	Taxa média anual de depreciação - %		2011	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos.....	1.358.900		1.358.900	
Imóveis.....	4	1.811.960	(876.940)	935.020
Máquinas, equipamentos e instalações.....	5,5	8.037.201	(4.111.024)	3.926.177
Adiantamentos a fornecedores.....		204.346		204.346
Obras em andamento.....		128.811		128.811
Outros.....		183.478	(154.906)	28.572
		11.724.696	(5.142.870)	6.581.826

(b) Consolidado

	Taxa média anual de depreciação - %		2012	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos.....	1.815.686		1.815.686	
Imóveis.....	4	2.663.057	(1.173.298)	1.489.759
Máquinas, equipamentos e instalações.....	5,5	13.192.701	(5.790.024)	7.402.677
Adiantamentos a fornecedores.....		208.907		208.907
Obras em andamento.....		214.361		214.361
Outros.....		296.772	(193.601)	43.171
		18.331.484	(7.156.923)	11.174.561

	Taxa média anual de depreciação - %		2011	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos.....	1.853.243		1.853.243	
Imóveis.....	4	2.619.911	(1.057.791)	1.562.120
Máquinas, equipamentos e instalações.....	5,5	13.144.928	(5.169.253)	7.975.675
Adiantamentos a fornecedores.....		205.783		205.783
Obras em andamento.....		197.866		197.866
Outros.....		226.921	(180.361)	46.560
		18.248.652	(6.407.405)	11.841.247

(c) Conciliação do valor contábil no início e no final do período

	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	1.093.572	1.007.349	4.204.972	261.482	298.778	32.893	6.899.046
Adições.....	11.556	1.563	4.997		309.141	2.405	329.662
Baixas.....	(13.838)	(7.645)	(19.207)	(3.075)			(43.765)
Depreciação.....			(362.966)			(9.924)	(447.217)
Créditos de PIS e COFINS.....			(428)				(428)
Incorporação da controlada Mucuri Agroflorestal S.A.	549.099						549.099
Reclassificação de ativos mantidos para a venda (CONPACEL e KSR).....	(283.867)	(60.237)	(261.124)		(20.456)	(5.480)	(631.164)
Transferências e outros (*).....	2.378	68.317	359.933	(54.061)	(458.652)	8.678	(73.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	1.358.900	935.020	3.926.177	204.346	128.811	28.572	6.581.826
Adições.....		299	2.036		167.206		169.541
Baixas.....	(56.761)	(5.095)	(6.463)		471		(68.738)
Depreciação.....		(69.161)	(341.398)				(419.338)
Transferências e outros (*).....	19.917	33.353	73.297	58	(144.707)	4.903	(13.179)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	1.322.056	894.416	3.653.649	207.998	144.910	24.748	6.247.777

	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010.....	2.119.325	1.618.144	8.516.831	280.455	391.667	53.009	12.979.431
Adições.....	15.066	1.578	14.272		436.302	3.717	470.922
Baixas.....	(17.862)	(7.922)	(28.339)	(3.075)		(847)	(58.025)
Depreciação.....		(122.247)	(673.546)			(16.419)	(812.212)
Créditos de PIS e COFINS.....			(428)				(428)
Reclassificação de ativos mantidos para a venda (Losango e Piracicaba).....	(283.867)	(60.237)	(261.124)		(20.456)	(5.480)	(631.164)
Transferências e outros (*).....	20.581	132.784	408.009	(71.597)	(609.647)	12.580	(107.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2011.....	1.853.243	1.562.120	7.975.675	205.783	197.866	46.560	11.841.247
Adições.....	32	299	2.886	3.061	230.475	950	237.703
Baixas.....	(56.768)	(5.201)	(14.509)				(76.998)
Depreciação.....		(67.576)	(376.576)				(450.732)
Transferências e outros (*).....	19.179	54.809	115.201	63	(213.980)	11.568	(13.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	1.815.686	1.489.759	7.402.677	208.907	214.361	43.171	11.174.561

(*) Contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Ativos biológicos". Adicionalmente, existia mais-valia de terrenos alocada na controlada Mucuri Agroflorestal por ocasião da aquisição da Aracruz, no montante de R\$ 478.925, a qual também foi incorporada ao ativo imobilizado, conforme demonstrado na Nota 17.

O saldo de obras em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais da Fibria, sendo R\$ 44.500 em Jacaré, R\$ 18.880 por projetos da área florestal, R\$ 46.494 da Fibria-MS, R\$ 76.250 na unidade Aracruz e R\$ 21.503 em Veracel.

Os encargos financeiros sobre empréstimos capitalizados no período foram calculados com base no custo médio ponderado da dívida elegível. No primeiro semestre de 2012 a taxa utilizada foi de 5,08% a.a., e, conforme política interna, foi revisada no mês de julho, sendo alterada para 3,98% a.a. Em 2011, a taxa utilizada foi de 5,52% a.a. no primeiro semestre e de 5,08% a.a. no segundo semestre.

Os montantes consolidados referentes à despesa com depreciação, exaustão e amortização que foram debitados ao resultado nas rubricas de custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e administrativas estão demonstrados na Nota 32.

O montante consolidado relativos aos ativos dados em garantias de empréstimos está descrito na Nota 23.

A Companhia não possui bens de ativos imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigirão a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

(e) **Obrigações de desmontagem e retirada de ativo imobilizado e restauração de local**
A Companhia não tem ativos de longo prazo significativos que espera abandonar ou alienar e que exigirão a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos, conforme requer o item 16(c) do CPC27/IAS 16 - "Obrigações de desmontagem e retirada de ativo imobilizado e restauração de local".

20. INTANGÍVEL

(a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	2012	
		Custo	Amortização acumulada Líquido
Âgio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura			
Aracruz.....		4.230.450	4.230.450
Desenvolvimento e implantação de sistemas.....	20	163.362	(128.303) 35.059
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios			
Banco de dados.....	10	456.000	(182.400) 273.600
Patente.....	15,9	129.000	(82.180) 46.820
Relacionamento - fornecedor			
Oleo diesel e álcool.....	20	29.000	(26.332) 2.668
Produtos químicos.....	6,3	165.000	(41.580) 123.420
Outros.....		192	192
		5.173.004	(460.795) 4.712.209

	Taxa anual de amortização - %	2011	
		Custo	Amortização acumulada Líquido
Âgio fundamentado na expectativa de rentabilidade futura			
Aracruz.....		4.230.450	4.230.450
Desenvolvimento e implantação de sistemas.....	20	157.041	(113.024) 44.017
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios			
Banco de dados.....	10	456.000	(136.800) 319.200
Patente.....	15,9	129.000	(61.635) 67.365
Relacionamento - fornecedor			
Oleo diesel e álcool.....	20	29.000	(19.749) 9.251
Produtos químicos.....	6,3	165.000	(31.185) 133.815
Outros.....		160	160
		5.166.651	



FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

(c) Abertura por moeda e indexadores

Os empréstimos e financiamentos consolidados são segregados pelas seguintes moedas:

	Moedas	
	2012	2011
Real	2.225.104	2.093.825
Dólar.....	8.260.379	8.843.564
Yene.....	117.767	117.767
Cesta de moedas.....	282.472	269.261
	10.767.955	11.324.417

Os empréstimos e financiamentos consolidados são segregados pelos seguintes indexadores:

	2012					Total
	CDI	TJLP	LIBOR	UMBNDDES	Prefixada	
Total dos empréstimos e financiamentos	686.326	1.449.587	2.756.150	282.472	5.593.420	10.767.955
						2011
	CDI	TJLP	LIBOR	UMBNDDES	Prefixada	Total
Total dos empréstimos e financiamentos.....	509.190	1.504.491	2.929.970	269.261	6.111.505	11.324.417

(d) Cronograma de amortização dos custos de captação

O quadro a seguir com o objetivo de demonstrar os efeitos anuais nas despesas financeiras decorrentes dos custos de captação na taxa efetiva de juros:

Descrição	Controladora					2012	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Créditos de exportação (pré-pagamento)	6.309	5.353	575	575	575	813	14.200
	Consolidado						
						2012	
Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Crédito de exportação (Finnevera)	790	790	790	790	790	132	4.082
Crédito de exportação (Finnevera)	34.115	34.115	34.115	34.115	34.115	85.206	255.781
Créditos de exportação (pré-pagamento)	6.696	5.741	962	962	962	1.105	16.428
	41.601	40.646	35.867	35.867	35.867	86.443	276.291

A capitalização dos custos de transação aos empréstimos e financiamentos aumenta o custo médio efetivo da dívida em 0,24% a.a.

(e) Movimentação dos saldos contábeis

Apresentamos a seguir uma movimentação do saldo dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
No início do período	5.087.037	5.157.636	11.324.417	10.581.457
Captações.....	621.370	1.248.524	864.334	2.707.265
Juros apropriados	255.394	280.283	681.840	660.084
Variação cambial	272.712	357.266	803.641	1.036.274
Liquidação de principal	(1.047.881)	(1.753.919)	(2.410.719)	(3.109.589)
Liquidação de juros	(212.188)	(209.195)	(651.288)	(582.047)
Amortização proporcional de custo de captação na recompra parcial do Eurobonds "Fibra 2020"			88.759	
Outras (*)	8.019	6.442	66.971	30.973
Saldo no final do período	4.984.463	5.087.037	10.767.955	11.324.417

(*) Inclui amortização de custos de captação.

(f) Créditos de exportação (pré-pagamentos)

Em setembro de 2012, a Companhia firmou contrato de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante total de US\$ 105 milhões (equivalentes a R\$ 212.950) com vencimentos em setembro de 2014 e taxa de juros de 2,95% ao ano.

Em agosto de 2012, a Companhia amortizou antecipadamente, com recursos próprios, o montante de US\$ 100 milhões (equivalentes a R\$ 202.090) referente a um contrato de pré-pagamento captado em janeiro de 2011, com vencimento original em abril de 2018 e taxa de juros fixa de 2,95% ao ano. No primeiro trimestre de 2012, a Companhia, através de sua controlada Veracel, firmou contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante total de US\$ 43 milhões (equivalentes a R\$ 76.939) com vencimentos entre agosto de 2012 e setembro de 2013 e taxa de juros fixa entre 3,35% e 4,75% ao ano.

Em fevereiro de 2012, a Companhia, através de sua controlada Veracel, liquidou antecipadamente cinco contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante de US\$ 14 milhões (equivalentes a R\$ 24.314) captados em setembro e dezembro de 2011, cujos vencimentos originais eram em 12 de março de 2012.

Em julho de 2012, a Companhia, através de sua controlada Veracel, captou uma linha de Pré-Pagamento de Exportação no valor de US\$ 33 milhões (equivalentes a R\$ 56.694) com pagamento de juros semestrais a taxa de 5% ao ano acima da LIBOR e amortização do principal em parcela única com vencimento para 2017.

Em junho de 2011, a Companhia firmou seis contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no valor total de US\$ 125 milhões (equivalentes a R\$ 197.575) com vencimento em janeiro de 2013 e taxa de juros fixa, sendo US\$ 75 milhões a 2,05% ao ano e US\$ 50 milhões a 2,09% ao ano.

Em maio de 2011, a Companhia captou uma linha de pré-pagamento de exportação com 11 bancos estrangeiros, no valor de US\$ 300 milhões (equivalentes a R\$ 483.650 na respectiva data) com pagamento de juros trimestrais a taxa de 1,80% ao ano acima da LIBOR (podendo diminuir a 1,60% ao ano, em caso da obtenção da condição de *Investment Grade*) pelo prazo de oito anos, sendo as amortizações anuais somando US\$ 15 milhões em 2012; US\$ 30 milhões em 2015; US\$ 15 milhões em 2016; US\$ 90 milhões em 2018 e US\$ 150 milhões em 2019.

Em janeiro de 2011, a Companhia firmou três contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) no montante de US\$ 50 milhões cada, perfazendo o total de US\$ 150 milhões (equivalentes a R\$ 248.640 nas respectivas datas), com vencimento em junho de 2012 e taxa de juros fixa a 2,09% ao ano. Em março de 2012, a Companhia liquidou antecipadamente o valor de US\$ 50 milhões, equivalentes a R\$ 95,4 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 956.152) com taxa de juros de 2,95% ao ano e outros dois contratos no valor de US\$ 100 milhões, equivalentes a R\$ 211.143.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia firmou um contrato de crédito de exportação com 11 bancos no montante de US\$ 800 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 1.355.360) com vencimentos até 2018 e taxa de juros inicial de 2,755% ao ano acima da LIBOR trimestral, podendo ser reduzida até 2,3%, conforme desalavancagem e o *rating* da Companhia. Os créditos estão garantidos por contratos de exportação e os vencimentos das parcelas são coincidentes com os embarques. Esta linha foi utilizada para pagar antecipadamente dívidas com custos mais elevados e com prazos menos atrativos. Em 29 de março de 2012, a Companhia liquidou antecipadamente o valor de US\$ 600 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 992.760), com recursos oriundos da venda da CONPACEL e da captação do Bond Fibria 2021.

Em 29 de setembro de 2010, a Companhia firmou um contrato de crédito de exportação bilateral no montante de US\$ 250 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 423.550) com vencimentos até 2020 e taxa de juros de 2,55% ao ano acima da LIBOR semestral. Os créditos estão garantidos por contratos de exportação e os vencimentos das parcelas são coincidentes com os embarques. Essa linha foi utilizada para pagar antecipadamente dívidas com custos mais elevados e com prazos menos atrativos.

Em março de 2010, a Companhia firmou um contrato de crédito de exportação bilateral no montante de US\$ 335 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 956.152) com taxa de juros de 2,95% ao ano acima da LIBOR trimestral e com vencimentos até 2017. Os créditos estão garantidos por contratos de exportação e os vencimentos das parcelas são coincidentes com os embarques. Em 31 de março foram liberados US\$ 314 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 558.991) e o saldo remanescente de US\$ 221 milhões (equivalentes a R\$ 389.310), foi liberado em 6 de abril de 2010. Essa linha foi integralmente utilizada para pagar dívidas com custos mais elevados e com prazos menos atrativos. Em abril de 2011, a Companhia liquidou antecipadamente o montante de US\$ 100 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 160.970), obtendo um prazo maior para pagamento do saldo remanescente (de 2013 para 2015) com amortizações trimestrais). Em 2012, a Companhia liquidou antecipadamente o montante de US\$ 200 milhões, sem alterações nas demais condições.

A Companhia mantém contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Banco Bradesco no montante de US\$ 150 milhões, a taxa de 0,78% acima da LIBOR e vencimento final em 2014.

A Companhia mantém contratos de pré-pagamento de exportação junto ao Banco Nordea no montante de US\$ 50 milhões, a taxa de 0,80% acima da LIBOR e vencimento final em 2013.

(g) Empréstimo - VOTO III (Eurobonds)

Em 16 de janeiro de 2004, a subsidiária integral da Votorantim Participações S.A. (VPAR), a Votorantim Overseas Trading Operations III (VOTO III), captou no mercado internacional US\$ 300 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 873.000) com prazo de vencimento de dez anos e taxa anual de 4,25%. A Companhia recebeu 15% do total captado, ou seja, US\$ 45 milhões equivalentes naquela data a R\$ 131.000. Em dezembro de 2012, a Companhia liquidou antecipadamente 100% da operação junto aos credores.

(h) Empréstimo - VOTO IV (Eurobonds)

Em 24 de junho de 2005, a Votorantim Overseas Trading Operations Limited IV (VOTO IV), controlada em conjunto com a Votorantim Participações, captou no mercado internacional US\$ 400 milhões (equivalentes naquela data a R\$ 955.000) com vencimento em 24 de junho de 2020 e taxa anual de 4,25%. A Companhia recebeu 50% do total captado, ou seja, US\$ 200 milhões equivalentes naquela data a R\$ 477.000.

(i) Empréstimos - Fibria 2019, Fibria 2020 e Fibria 2021 (Eurobonds)

Em julho de 2012, a Companhia amortizou antecipadamente, com recursos próprios, mediante realização de oferta pública de ações, o montante de US\$ 514 milhões (equivalentes a R\$ 1.044.698) referente a recompra do Eurobond "Fibra 2020" captado em maio de 2010, cujo vencimento original é em maio de 2020 e taxa de juros fixa a 7,5% ao ano. Essa operação gerou uma despesa no montante de R\$ 150.917, registrada no resultado financeiro (Nota 31), representada por R\$ 62.158 relativos aos prêmios pagos aos detentores dos referidos títulos que aderiram a oferta e R\$ 88.759 relativos à amortização proporcional do custo de transação originado na emissão desse Eurobond.

Em março de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária internacional Fibria Overseas Finance Ltd, captou no mercado internacional US\$ 750 milhões ("Fibria 2021", equivalentes naquela data a R\$ 1.240.875) com vencimento em dez anos e opção de recompra a partir de 2016, com pagamento de juros semestrais e taxa de 6,75% ao ano.

Em maio de 2010, a Companhia por intermédio de sua subsidiária internacional Fibria Overseas Finance Ltd, captou no mercado internacional US\$ 750 milhões ("Fibria 2020", equivalentes a R\$ 1.339.650) com vencimento em dez anos e opção de recompra a partir de 2015, com pagamento de juros semestrais e taxa de 7,50% ao ano.

Em outubro de 2009, a Companhia por intermédio de sua subsidiária internacional Fibria Overseas Finance Ltd, captou no mercado internacional US\$ 1 bilhão ("Fibria 2019", equivalentes a R\$ 1.744.000) com vencimento em dez anos com pagamento de juros semestrais e taxa de 9,25% ao ano. Em maio de 2010, a Companhia anunciou a oferta de troca do Fibria 2019, por meio da reabertura do Fibria 2020, visando adequar a curva de juros e melhorar a liquidez dos papéis, além de flexibilizar as cláusulas de *covenants* para a nova realidade da Companhia. A adesão à oferta de troca foi de 94%.

A taxa efetiva destas operações, incluindo os custos de transação necessários para captação dos recursos, foi de 8,86% a.a.

(j) BNDES

Em 31 de dezembro de 2012, consolidamos proporcionalmente os saldos contábeis de empréstimos e financiamentos da Veracel Celulose, representados por contratos com o BNDES. O montante total de principal é de R\$ 331.299 com prazo de amortização no período de 2011 a 2014, sujeito a juros variando entre TJLP + 1,0% a 3,3% ao ano e UMBNDES + 3,3% ao ano.

Em outubro de 2010, foi liberado um novo financiamento EXIM, no valor total de R\$ 70.000, com prazo de 14 meses e taxa de 7% a.a. O montante foi liquidado no vencimento, em dezembro de 2011.

No primeiro semestre de 2009, um novo financiamento no valor de R\$ 673.294 foi aprovado, com juros variando entre TJLP acrescidos de 0% a 4,41% e UMBNDES + 2,21% ao ano. Em 31 de dezembro de 2012, 93% desse montante encontravam-se liberado. A UMBNDES é um índice que contempla a variação cambial de uma cesta de moedas, predominantemente do dólar norte-americano.

No segundo semestre de 2008, um novo financiamento com o BNDES de R\$ 540.000 foi aprovado, indexado pela TJLP acrescida de 1,36% a 1,76% e UMBNDES acrescida de 2,45% ao ano. O vencimento final deste financiamento será em 2015. Em 31 de dezembro de 2012, 62% desse montante encontravam-se liberados.

Em outubro de 2007, foi celebrado um contrato de financiamento com o BNDES no montante total de R\$ 21.701, indexados pela TJLP + 1,8% e UMBNDES + 1,3% ao ano. A liquidação de principal ocorreu em novembro de 2006, também foi celebrado um contrato de financiamento com o BNDES no montante total no valor de R\$ 596 milhões, no qual encontrava-se liberado 99% do valor em 31 de dezembro de 2012, indexados a TJLP variando entre 0% e 2,9% ao ano e UMBNDES acrescida de 1,4% a 2,4% ao ano, com prazo de amortização no período de 2009 a 2016.

Em 2005, foram assinados três contratos junto ao BNDES nos meses de dezembro, agosto e maio. No contrato assinado em dezembro a liberação total de recursos foi de R\$ 139.284, com prazo de amortização no período de 2007 a 2016, sujeito a juros variando entre TJLP + 0% a 4,5% ao ano e UMBNDES + 2,0% ao ano. No contrato de agosto a liberação foi de R\$ 55.222 parte indexada à TJLP acrescida de 3,5% a 4,5% e parte indexada à UMBNDES acrescida de 3% ao ano. O vencimento final desse contrato será em 2015. No contrato de maio, a liberação foi de R\$ 99.109, sendo parte indexada à TJLP acrescida de 4,5% ao ano e parte indexada pela UMBNDES acrescida de 4,5% ao ano. O principal tem vencimento final em 2015.

Como principal garantia aos pagamentos destes financiamentos, foram dadas as plantas de celulose localizadas nas unidades de Jacareí - SP e Três Lagoas - MS.

(k) Obrigações por arrendamento mercantil financeiro - Leasing

Em dezembro de 2009, a Companhia renegotiou os termos e o valor em aberto da sua operação de *leasing* financeiro com o Banco Societal Générale, originalmente contratado em 2008 para aquisição de máquinas e equipamentos florestais. O prazo final de vencimento deste contrato era 2013.

As obrigações de arrendamento mercantil financeiro são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

Em junho de 2012 a Companhia liquidou 100% das operações de *leasing* referente à aquisição de máquinas e equipamentos florestais.

(vii) Nota de Crédito à Exportação (NCE)

Em 28 de setembro de 2010, a Companhia contratou uma nota de crédito à exportação no montante de R\$ 427.500, com vencimento final em 2018 e custo de 100% do CDI mais 1,85% a.a. Esta operação está vinculada a um *swap* com o objetivo de troca da moeda real para dólar e alteração da taxa flutuante para fixa, sendo o custo final de 5,45% a.a., acrescido da variação cambial.

Em dezembro de 2008, a Companhia contratou, através de sua controlada Portocel, NCE com o Banco HSBC no montante de R\$ 94.014 com vencimento final em dezembro de 2013 e custo de 100% do CDI.

Em setembro de 2012, a Companhia captou uma linha de Nota de Crédito à Exportação no valor de R\$ 172.899 com pagamento de juros semestrais a taxa de 100% do CDI e amortização do principal em quatro parcelas anuais que vencem a partir de 2017.

(viii) Agência de fomento (Finnevera)

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia contratou empréstimo no montante de € 125 milhões com a Finnevera (agência Finlandesa de fomento destinado a empresas comprovadamente comprometidas com Estes mesmos critérios) com o principal em US\$ 100R seis meses e 3,325% ao ano.

(ix) Agência de fomento Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia captou R\$ 73.000 com o Banco do Brasil, por meio de sua subsidiária Fibria-MS, com vencimento final em dezembro de 2017, carência de seis meses, pagamento de principal e juros mensais e taxa de 8,5% ao ano.

(x) Cláusulas contratuais *covenants*

Alguns financiamentos da Companhia e suas controladas têm cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de juros a vencer.

Covenants requeridos

No dia 6 de junho de 2012 a Fibria concluiu a renegociação dos *covenants* financeiros das suas dívidas, que passaram a ser calculados com base nos dados financeiros consolidados convertidos para o dólar e alterando o índice dívida líquida sobre LAJIDA ajustado para 4,5 vezes a partir de junho de 2012. A medição em dólar mitiga eventuais efeitos cambiais decorrentes de flutuação da taxa.

Uma parcela substancial da dívida da Companhia é denominada em dólar americano e devido ao resultado da desvalorização do real perante o dólar, o impacto foi significativo no nível do endividamento quando mensurado em reais. De acordo com o critério adotado anteriormente, a desvalorização do valor da dívida líquida no final do período aumentaria quando mensurado em reais. Com o novo critério adotado de conversão do LAJIDA de reais para dólar americano à taxa média do câmbio de cada trimestre, o impacto da desvalorização do real é mitigado.

A seguinte tabela apresenta o nível de endividamento dos *covenants*:

Cobertura de serviço da dívida (i)	Dezembro de 2012 e após	
	Maior que 1,00	Menor que 4,50
Nível de endividamento (ii)		
(i) Para o cálculo do índice Cobertura de serviço da dívida, definido como (i) LAJIDA ajustado de acordo com as práticas adotadas no Brasil e ajustado (para os quatro últimos trimestres sociais) convertido para dólar somado ao caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários convertidos para dólar no dia do fechamento em relação à (ii) dívida que deverá vencer durante os quatro trimestres sociais consecutivos acrescida de despesas financeiras pagas durante os quatro trimestres sociais passados convertidos ao dólar.		
(ii) O Índice Nível de Endividamento, definido como (i) dívida líquida consolidada convertida para dólar pela taxa de fechamento em relação ao (ii) LAJIDA ajustado (para os quatro últimos trimestres sociais convertidos para o dólar).		

Os *covenants* acordados nos contratos firmados com os bancos foram cumpridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, sendo que o indicador de cobertura de serviço da dívida totalizou 3,0 e o indicador de nível de endividamento, medido em dólares, totalizou 3,3.

Entre os mesmos contratos em que o principal evento de *default*:

- não pagamento, em tempo hábil, do principal ou juros devidos;
- inexistência de qualquer declaração, garantia ou certificação prestada;
- inadimplemento cruzado (*cross-default*) e inadimplemento de julgamento cruzado (*cross-judgment default*), sujeito a um valor mínimo acordado de US\$ 50 milhões;
- sujeição a certos períodos de cura em caso de violação de obrigações previstas nos contratos;
- ocorrência de certos eventos de falência ou insolvência da Companhia, de suas principais subsidiárias ou da Veracel Celulose S.A.

(xi) Garantias de empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2012, certos empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado, representados, substancialmente, pela planta fabril de Três Lagoas (MS), Jacareí (SP) e Aracruz (ES). O valor líquido contábil destes ativos é de R\$ 7.954.206 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 8.456.937), suficientes para a cobertura dos respectivos empréstimos.

(xii) Linhas de créditos não utilizadas

Em maio de 2011, a Companhia, por intermédio de sua subsidiária internacional Fibria Trading International Kit, obteve uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) com onze bancos estrangeiros, no valor total de US\$ 500 milhões com prazo de disponibilidade de quatro anos e custo pago trimestralmente de LIBOR três meses acrescida de 1,40% a.a. a 1,70% a.a. quando utilizada. No período de não utilização, a Companhia pagará 35% do *spread* acordado.

24. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Um sumário das provisões constituídas e depósitos judiciais efetuados é apresentado como segue:

	Controladora				Consolidado			
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Natureza dos processos								
Tributários (a)	123.791	162.120	38.329	119.021	173.474	54.453		
Trabalhistas (c)	36.444	69.443	32.999	37.889	62.525	24.636		
Cíveis (c)	6.547	8.534	2.187	724	6.590	5.866		
	166.582	240.097	73.515	157.634	242.589	84.955		
	Consolidado							
	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão
Natureza dos processos								
Tributários (a)	123.791	162.222	38.431	119.572	173.823	54.251		
Trabalhistas (c)	47.703	108.014	60.311	47.819	88.834	41.015		
Cíveis (c)	6.520	12.591	6.071	821	7.149	6.328		
	178.014	282.827	104.813	168.212	269.806	101.594		

A Companhia está envolvida em outros processos tributários e cíveis surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da administração e de seus assessores legais, têm expectativa de perda classificada como possível. Conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída para fazer face ao possível desfecho desfavorável destes. Os montantes desses processos, em 31 de dezembro de 2012, são: tributário R\$ 5.233.548 (ver item b) a seguir) e cíveis R\$ 862.966.

Segue um demonstrativo da movimentação da provisão para contingências:



FIBRIA CELULOSE S.A. CNPJ Nº 60.643.228/0001-21

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio
O estatuto da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária.
Não foram propostos dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em função do prejuízo apurado no exercício.
(c) Reserva de lucros
A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício. A reserva para investimento, que corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal, visa principalmente atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital, processos de modernização e manutenção das fábricas, aprovados pelos Conselhos Fiscal e de Administração.
(d) Ações em tesouraria
A Companhia possui 342.822 ações em ordinárias mantidas em tesouraria pelo valor de R\$ 30,18 por ação que corresponde ao montante de R\$ 10.346.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Programa de remuneração variável
A Companhia e suas controladas dispõem de um programa de remuneração variável para seus funcionários, vinculada ao seu plano de ação e ao alcance de objetivos específicos de acordo com a geração de caixa, os quais são estabelecidos e acordados no começo de cada ano. O montante registrado como despesa no exercício encerrado em 2012 é de R\$ 56.402 (R\$ 64.597 em 31 de dezembro de 2011).
(b) Plano de previdência privada de contribuição definida
Em 2010, a Companhia aderiu à Fundação Senador José Ermirio de Moraes (FUNSEJEM), entidade de previdência complementar sem fins lucrativos, que atende a empregados de empresas do Grupo Votorantim. Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições da Companhia à FUNSEJEM acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 0,5% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício encerrado em 2012 totalizaram R\$ 8.519 (R\$ 8.835 em 31 de dezembro de 2011).
(c) Plano de assistência médica aos aposentados
A Companhia firmou um acordo com o Sindicato da Indústria de Papel, Celulose e Pasta de Madeira para Papel do Estado de São Paulo, assegurando o custeio de assistência médica (SEPAO) de forma permanente para os seus funcionários, para os seus dependentes, até que estes completem a maioridade, e para os seus cônjuges, de forma vitalícia.
A política da Companhia define que o custo do benefício será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Companhia e a data em que o empregado atinge a elegibilidade ao recebimento do benefício de assistência médica.
O Pronunciamento Técnico CPC 33 - "Benefícios a Empregados" requer que a entidade determine o valor presente das obrigações de benefícios definidos e o valor de mercado dos ativos dos planos ao final de cada período de reporte. O valor justo desse passivo é calculado por empresa especializada no final do exercício. O montante registrado no resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 como despesa foi de R\$ 4.647 (R\$ 4.211 em 31 de dezembro de 2011).
Os métodos atuariais adotados atendem às práticas contábeis vigentes, seguindo as hipóteses econômicas e biométricas, conforme demonstrado:

	Premissas atuariais	
	2012	2011
Taxa de desconto real - %	4,0	5,5
Taxa real de crescimento nominal dos custos médicos - %	3,0	3,0
Taxa de aumento de utilização da assistência médica - %	3,0	3,0
Inflação de longo prazo - %	4,25	4,25
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57

Com base no relatório do atuário independente, a posição do passivo atuarial na data de encerramento dos balanços era a seguinte:

	2012	2011
Reconciliação do passivo		
Valor presente das obrigações atuariais	55.715	51.504
Custo do serviço corrente		
Juros sobre as obrigações atuariais	6.276	5.960
Benefícios pagos	(3.971)	(3.261)
Perda reconhecidos no resultado	2.342	1.512
Saldo das obrigações atuariais	60.362	55.715

(d) Composição dos gastos com benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Salários, encargos e benefícios de curto prazo	335.340	324.109	497.327	470.376
Fundo de garantia e indenizações de rescisão	25.850	27.420	36.572	37.010
Custos previdenciários (INSS)	9.116	14.163	13.717	18.007
Outros benefícios	424.410	427.930	630.317	613.617

29. PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Phantom Stock Options (PSO)
Em 28 de abril de 2010, o Conselho de Administração aprovou o programa de incentivo de longo prazo, que consiste no plano para outorga de *Phantom Stock Options* (PSO) que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazos, facultando participarem das valorizações das ações da Companhia.
O programa é baseado no conceito de PSO, que consiste em uma premiação em dinheiro baseada na valorização da ação da Companhia, em relação a um preço de exercício preestabelecido pelo programa em um prazo determinado. O plano não prevê negociação efetiva (compra e venda) das ações. São elegíveis ao plano o diretor-presidente e diretores executivos da Companhia.
A cada outorga, o executivo elegível recebe uma quantidade de PSO definida com base em uma premiação e na expectativa de valorização da Companhia. A meta de valorização das ações da Companhia é estabelecida pelo Conselho de Administração e o número de PSO outorgadas será calculado de tal forma que, se atingida a meta de valorização, a premiação resultante será igual ao valor-alvo.
As PSO somente poderão ser exercidas se respeitados o prazo de carência (*vesting*) de três anos, a partir do momento em que o contrato é assinado e possuem prazo máximo de exercício de cinco anos, quando vencem. Excepcionalmente, a primeira outorga denominada Programa 2009 possui período de carência escalonado.
O preço de exercício das opções na data da outorga é calculado pelo preço médio dos últimos três meses do preço de fechamento das ações FIBR3.
Os programas outorgados até 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:

Programa	Data da outorga	Direito ao exercício	Validade da opção	Programas outorgados	
				Opções	Preço de exercício
2009	26.08.10	27.08.10	31.12.16	52.215	27,55
2009	26.08.10	26.12.10	31.12.16	52.215	27,55
2009	26.08.10	27.10.11	31.12.16	52.214	27,55
2010	26.08.10	26.08.13	31.12.17	223.207	27,55
2011	02.01.12	02.01.14	31.12.18	274.976	28,31
2012	02.01.12	02.01.15	31.12.19	278.724	14,09

Premissas e cálculo do valor justo das opções outorgadas
A precificação das opções foi realizada com base no modelo *Binomial Triomial Trees* (BT) devido à facilidade de implementação, de validação e inclusão das peculiaridades do programa. Este modelo é uma aproximação numérica da metodologia *risk-neutral* ou *martingales* e é muito utilizado na precificação de instrumentos que não podem possuir fórmulas fechadas de precificação.
Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas. Cabe ressaltar que em função da valorização das ações FIBR3 ao longo de 2012, o valor justo das opções em 31 de dezembro de 2012 foi R\$ 471.

	2012	2011
Volatilidade do preço da ação (i) - %	3,77	10,00
Taxa de retorno livre de risco (ii) - %	6,55 a 8,58	10,00 a 11,55
Preço médio das ações (média três meses anteriores)	18,63	14,09
Preço de exercício das opções	21,57	27,55
Prazo médio ponderado de exercício da opção (meses)	15,27	11,87
Prazo médio ponderado de vida da opção (meses)	73,11	31,96
Valor justo da opção resultante do modelo (média)	1,82	

(i) Foi utilizada a curva da taxa de juros prefixada DI (Brasil) na data da mensuração.
(ii) Foi utilizada a curva da taxa de juros prefixada DI (Brasil) na data da mensuração.
A Companhia efetuará a liquidação desse plano de benefícios aos executivos, em dinheiro, quando do exercício das opções.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentadas a seguir:

	2012	2011
Em aberto no início do exercício	379.851	379.851
Outorgadas durante o exercício	553.710	21.15
Canceladas	(326.162)	27,83
Em aberto no final do exercício	607.399	379.851
Opções exercíveis no final do exercício	353.511	24,25
	156.644	27,55

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, houve provisão de despesa totalizando R\$ 471 (em 2011 foi revertido R\$ 366), contabilizada no resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e o passivo, registrado na rubrica "Outras contas a pagar".

Conselho de Administração

JOSÉ LUCIANO DUARTE PENIDO
Presidente do Conselho de Administração

ALEXANDRE GONÇALVES SILVA
ALEXANDRE SILVA D'AMBROSIO
CARLOS AUGUSTO LIRA AGUIAR
EDUARDO RATH FINGERL

JOÃO CARVALHO DE MIRANDA
JOSÉ ARMANDO DE FIGUEIREDO CAMPOS
JULIO CESAR MACIEL RAMUNDO
RAUL CALFAT

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da FIBRIA CELULOSE S.A. ("Fibria" ou "Companhia"), em conformidade com as atribuições previstas no art. 163 da Lei 6.404/76, em reunião realizada em 28 de janeiro de 2013 na sede da Companhia, examinou as Demonstrações Financeiras: Individual (controladora) e Consolidada (Fibria e suas controladas) e as notas explicativas integrantes das mesmas, o Relatório Anual da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como as propostas neles contidas, inclusive a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando-se ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers, datado de 30 de janeiro de 2013, apresentado sem reservas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados concluíram por unanimidade, em consonância com o disposto no art. 163 da Lei 6.404/76, opinar favoravelmente quanto ao encaminhamento dos referidos documentos e propostas para aprovação da Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2013.

José Écio Pereira da Costa Junior
Presidente do Conselho

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Conselheira

Maria Paula Soares Aranha
Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Fibria Celulose S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Fibria Celulose S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Fibria Celulose S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

30. RECEITA LÍQUIDA

(a) Reconciliação das receitas
Demonstramos a seguir a reconciliação da receita bruta e a receita líquida individual e consolidada para os exercícios findos em 31 de dezembro.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receita bruta de vendas	3.903.531	3.848.607	7.208.452	6.861.041
Impostos sobre as vendas	(77.248)	(185.778)	(138.820)	(245.759)
Abatimentos	(38)	(9.490)	(895.259)	(760.982)
Receita líquida de vendas	3.826.245	3.653.339	6.174.373	5.854.300

(b) Informações sobre produtos
Adicionalmente, apresentamos a seguir a receita líquida segregada por tipo de produto, os volumes e a respectiva destinação para os mercados interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Celulose				
Volumes (ktons)				
Mercado interno	215.082	192.630	530.566	507.559
Mercado externo	3.260.712	3.211.726	4.825.990	4.633.402
	3.475.794	3.404.356	5.356.556	5.140.961
Receita líquida de celulose				
Mercado interno	222.333	192.661	508.533	486.248
Mercado externo	3.603.912	3.136.556	5.597.725	4.980.570
	3.826.245	3.329.217	6.106.258	5.466.818
Preço médio (R\$/ton)			1.140	1.063
Receita líquida				
Mercado interno	222.333	192.661	508.533	486.248
Mercado externo	3.603.912	3.136.556	5.597.725	4.980.570
Papel			324.122	324.122
Serviços			68.115	63.360
	3.826.245	3.653.339	6.174.373	5.854.300

(c) Informações sobre áreas geográficas
As áreas geográficas são determinadas baseadas na localização dos clientes. As receitas líquidas da Companhia classificadas por área geográfica podem ser demonstradas como segue:

	2012	2011
Europa	2.539.214	2.343.284
América do Norte	1.581.021	1.395.009
Ásia	1.454.963	1.262.191
Brasil e outros	599.175	853.816
	6.174.373	5.854.300

31. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro individual e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(495.731)	(477.254)	(681.839)	(660.084)
Apropriação de juros - aquisição de ações				
Aracruz		(40.893)		(40.893)
Amortização de custos de captação	(9.681)	(33.638)	(72.800)	(84.866)
Encargos financeiros na recompra parcial do Eurobonds "Fibria 2020"			(150.917)	
Outras despesas financeiras	(57.404)	(60.485)	(38.849)	(87.162)
	(562.816)	(612.270)	(944.405)	(873.005)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	122.551	151.184	151.728	180.377
Outras receitas financeiras	14.168	19.200	15.918	36.623
	136.719	170.384	167.646	217.000
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	438.896	556.766	438.896	556.766
Despesas	(623.361)	(833.643)	(623.361)	(833.643)
	(184.465)	(276.877)	(184.465)	(276.877)
Variações cambiais				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(792.444)	(1.032.813)	(803.641)	(1.036.274)
Variações cambiais - outros ativos e passivos	40.495	44.004	68.640	100.485
	(751.949)	(988.809)	(735.001)	(935.789)
Resultado financeiro líquido	(1.362.511)	(1.707.572)	(1.696.225)	(1.868.671)

32. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas alocadas ao custo dos produtos vendidos, vendas e administrativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Custo dos produtos vendidos				
Depreciação, exaustão e amortização	(1.213.139)	(1.240.616)	(1.811.974)	(1.812.855)
Frete	(308.743)	(289.282)	(691.994)	(611.273)
Benefícios a empregados	(279.810)	(337.882)	(442.459)	(473.426)
Custos variáveis (matérias-primas e materiais de consumo)	(1.563.071)	(1.648.366)	(2.290.831)	(2.226.715)
	(3.364.763)	(3.516.146)	(5.237.258)	(5.124.269)
Despesas com vendas				
Benefícios a empregados	(5.788)	(9.918)	(17.541)	(18.564)
Despesas de comercialização (i)	(85.094)	(82.657)	(260.327)	(239.787)
Arrendamentos operacionais	(212)	(257)	(1.310)	(907)
Depreciações e amortizações	(944)	(1.031)	(12.609)	(11.779)
Provisão para deterioração de créditos a receber (Nota 12)	3.376	(22.237)	3.376	(22.237)
Outros	(3.072)	(2.211)	(9.641)	(1.654)
	(91.734)	(118.311)	(298.052)	(294.928)
Despesas administrativas				
Benefícios a empregados	(67.640)	(80.172)	(113.915)	(121.627)
Serviços de terceiros (ii)	(68.178)	(82.098)	(103.149)	(127.891)
Depreciações e amortizações	(16.975)	(15.626)	(23.725)	(23.674)
Doações e patrocínios	(9.336)	(5.858)	(9.402)	(7.617)
Impostos, taxas e contribuições	(4.431)	(4.045)	(4.628)	(4.411)
Arrendamento operacional e seguros	(7.115)	(8.898)	(8.657)	(8.802)
Outras	(22.524)	(14.686)	(22.526)	(16.403)
	(196.199)	(211.383)	(286.002)	(310.425)
Outras receitas e despesas operacionais				
Participação no resultados	(45.844)	(56.999)	(56.402)	(60.071)
Amortização de mais valia de ativos	(61.271)	(23.197)		
Variação do valor justo dos ativos biológicos	55.703	1.322	297.686	145.884
Ganho de capital - alienação Piracicaba	93.152	175.654	93.152	175.654
Crédito prêmio de IPI (Nota 24)	18.899	(8.627)	19.590	(8.072)
Outros	60.639	88.153	354.026	253.395

(i) Contemplam gastos com manuseios de mercadoria, despesas de terminais, comissões e outros.
(ii) Contemplam honorários advocatícios, consultorias, auditorias, serviços administrativos e outros.

33. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Fibria mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de R\$ 3.07